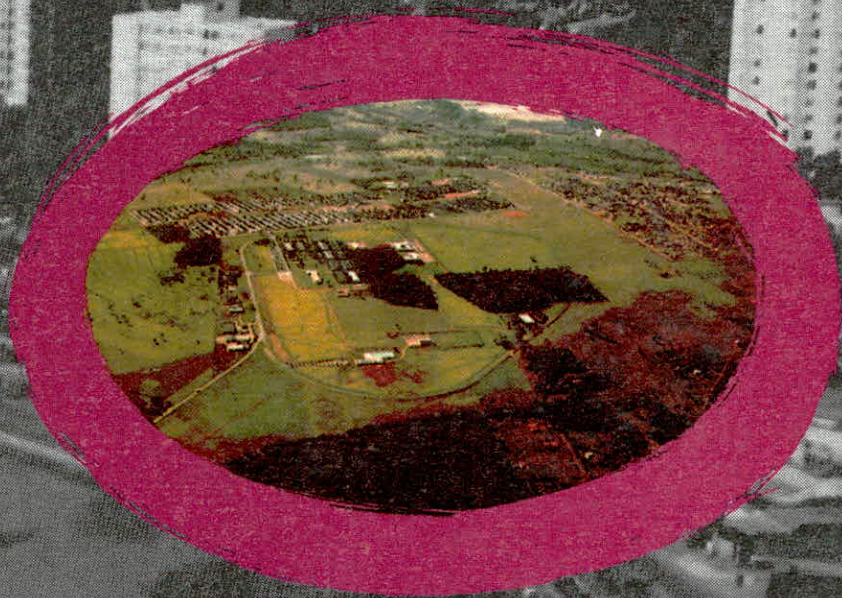


REVISTA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

ANO I Nº 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

REVISTA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

REITOR

Prof. Ary Monteiro do Espírito Santo

VICE-REITOR

Prof. Nelson Cardoso Amaral

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Profa. Eliana Maria França Carneiro

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Profa. Marialzira Cavalcanti Ziller

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Valter Casseti

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Profa. Ivoide Machado de Castro e Sousa

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E RECURSOS HUMANOS

Prof. Mauro Urbano Rogério

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Profa. Iara Barreto

CHEFE DE GABINETE

Adm. Adolfo Ribeiro Valadares

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

Bloco ICB III Campus II Cx. Postal 131

CEP 74.001-970 - Goiânia-GO

Fone: (062) 821-1198

Fax: (062) 821-1161

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS **PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA**

REVISTA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

GOIÂNIA
1997

SUMÁRIO

Apresentação	07
Política de Extensão da UFG	09
Sociedade Universidade e o papel da Extensão	19
Laboratório de Educação Matemática. Uma experiência, um desafio	35
Projeto A.M.A.R.. Relato de parceria entre a Universidade e uma organização não governamental	47
Projeto de desenvolvimento do ensino de língua inglesa nas escolas públicas do Estado de Goiás	69
Projeto de Extensão APASA – Associação de Pequenos Agricultores do Serra-Abaixo	77
A saúde como fator determinante do rendimento escolar	87
Liga de hipertensão arterial: da teoria à prática	95
Notas	106

Conselho Editorial da Revista de Extensão Universitária

Profa. Estelamaris Tronco Mônico - Faculdade de Nutrição (Presidente)
Profa. Ana Cristina da Silva - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais
Profa. Cláudia Oliveira Moura - BC
Prof. Humberto José Longo - Instituto de Informática
Prof. Marcos Barcellos Café - Escola de Veterinária

Capa: NUCAIC - Clewerson Souza Netto
Emendas e editoração: Maria de Fátima Oliveira e Paula

APRESENTAÇÃO

São significativos os avanços alcançados pelo reitorado do Prof. Ary Monteiro do Espírito Santo em relação à política de Extensão da UFG. A ampliação do número de projetos desenvolvidos, a obtenção de recursos financeiros e a normatização das ações foram substanciais.

Da fase inicial de incentivo ao desenvolvimento de Atividades e de Projetos de Extensão passamos à normatização das ações. Em maio de 1996 foram aprovados pelo antigo CCEP - Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa os documentos Política de Extensão da UFG e Resolução 399 que definem e normatizam a Extensão. O primeiro documento permanece em vigor e proposta de Resolução, adequada à nova estrutura da UFG publicada no DOU em novembro de 1996, foi aprovada pela Câmara de Extensão e Cultura e, breve, será analisada pelo Conselho Universitário.

Passadas as fases de incentivo às ações de Extensões e de normatização das mesmas buscamos a elevação da qualidade. Para tanto, procuramos incentivar o aprimoramento da relevância acadêmica e social dos projetos através da avaliação sistemática, da reflexão sobre os resultados obtidos, da elaboração de artigos sobre temas relativos à Extensão ou sobre o desenvolvimento de projetos e das metas alcançadas. Como produto desta postura divulgamos os Projetos de Extensão desenvolvidos pela UFG, em 1996, através da Revista de Extensão Universitária Nº 1.

Neste segundo número da Revista estamos divulgando o documento **Política de Extensão da UFG** e sete artigos. O documento citado e o artigo **Sociedade, Universidade e o papel da Extensão**, da Profa Ana Luiza Lima Souza definem a Extensão e seus objetivos. Os outros descrevem, analisam ações desenvolvidas. São eles:

Laboratório de educação matemática: uma experiência, um desafio, da Profa Zaíra Melo da Cunha Varizo; **Projeto AMAR: relato de parceria entre a Universidade e uma organização não governamental**, da Profa Estelamaris Tronco Mônico; **Projeto de desenvolvimento do ensino de língua inglesa nas escolas públicas de Goiás**, da Profa Dilys Karen Rees e outras; **Projeto de Extensão APASA - Associação de Pequenos Agricultores do Serra Abaixo**, do Prof. Rogério de Araújo Almeida e outros. A saúde como fator determinante do rendimento escolar, da Profa Maria Alves Barbosa e outros e **Liga de hipertensão: da teoria à prática**, da Profa Estelamaris Tronco Mônico e outros.

A próxima meta a ser alcançada por este reitorado, em relação à Extensão, é a elaboração e implantação de normas sobre Avaliação dos Projetos e Atividades de Extensão. A Câmara de Extensão e Cultura desenvolve atualmente trabalho neste sentido.

O sucesso dessa revista está condicionado à participação de cada professor. Assim pensando conclamamos todos a registrarem suas experiências e encaminhá-las para publicação.

Profa Marialzira Cavalcante Ziller

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

POLÍTICA DE EXTENSÃO DA UFG

INTRODUÇÃO

O presente documento tem por objetivo propor uma política de Extensão para a UFG, de forma a conceituar e normatizar procedimentos e encaminhamentos, entre outros, conforme determina a portaria n.º 003308, de 16 de dezembro de 1994, da Pró-Reitora de Graduação, Prof.^a Eliana Maria França Carneiro.

Foram elaborados dois documentos pelo Comitê Assessor de Extensão composto dos seguintes professores:

Prof.^a Marialzira Cavalcanti Ziller – Coordenadora de Extensão e Estágios e Presidente da Comissão;

Prof.^a Maria Cristina Faria Delacorte – ICHL;

Prof.^a Gisele de Araújo Prateado Gusmão – IMF;

Prof.^o Márcio Florentino Pereira – FO;

Prof.^a Henriqueta Merçon Vieira Rolim – EA;

Prof.^a Edna Luisa de Melo Taveira – MA.

Na etapa final dos trabalhos a Prof.^a Gisele de Araújo Prateado Gusmão, do IMF, foi substituída pela Prof.^a Nilzete Olímpio Alvares, que assumiu a representação da área de Ciências Exatas no Comitê.

Os documentos **Política de Extensão da UFG** e **Anteprojeto de Resolução**, ao serem analisados, em 07.08.95, pela Câmara de Graduação do CCEP, através de Parecer da relatora, Prof.^a Lydia Poleck, do ICHL, receberam sugestão de modificação e ampliação. O Comitê recebeu ainda análise crítica dos documentos enviada pela Chefe do Dept.^o de Enfermagem da FEN, Prof.^a Maria das Graças N. Oliveira, e pela Coordenadora de Graduação da FE, Prof.^a Marlene de

Oliveira Lobo Faleiro. Sugestões do representante da EV, Prof. Marcos Barcelos Café, referentes à necessidade de se simplificar os critérios de encaminhamento de Projetos e Atividades de Extensão também foram considerados na reformulação dos textos, que foram adequados, modificados e ampliados, nos aspectos que o Comitê julgou serem de sua competência.

Há questionamentos feitos pela conselheira Lydia Poleck que são pertinentes e com os quais o Comitê concorda, mas incluí-los, com soluções, nos documentos, seria extrapolar os limites do alcance de seus membros. Problemas como a interiorização dos cursos, a questão dos estágios e a integração entre Departamentos etc dependem de explicitações dos órgãos competentes da Universidade.

Pequenas modificações foram feitas com o objetivo de aprimorar os textos.

JUSTIFICATIVA

As ações de Extensão desenvolvidas pela Universidade Federal de Goiás, ao longo de sua história, passaram por momentos significativos dos quais ressaltamos dois: o primeiro é considerado por alguns como período de grande valorização da Extensão e, por outros, como período caracterizado pelo desenvolvimento de ações de cunho assistencialista. Em 1986, o caráter assistencialista da Extensão foi criticado por um grupo substancial de professores que ao defenderem a retomada de seu caráter acadêmico, como resultado do ensino e da pesquisa universitária, propuseram a transformação da Pró-Reitoria de Extensão em Coordenação de Extensão e Estágios, ligada à Pró-Reitoria de Graduação. Tal decisão, aprovada em reunião do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa da UFG, realizada no dia 22 de dezembro de 1986, em caráter experimental, já que oficialmente implicaria mudança no Estatuto e no Regimento da Instituição, não foi seguida, até o momento, por nenhuma proposta aprovada nas instâncias superiores da Universidade no sentido de definir e normatizar uma política de Extensão para a UFG. A transformação da Pró-Reitoria de Extensão em Coordenação de Extensão e Estágio foi seguida por um período de cessação expressiva das ações extensionistas na UFG, que só foram retomadas, com maior vigor, a partir de 1990.

Com o objetivo de resgatar, com maior clareza, a trajetória da Extensão na UFG, tomamos como referência estudo feito por uma Comissão designada, em 1986, para fornecer subsídios para o estabelecimento de uma Política de Extensão para a Universidade. Segundo esse estudo:

... a Extensão se apresentou, no final da década de 70 e início dos anos 80, como o setor privilegiado da Universidade para executar, segundo a ótica do Governo, as tarefas definidas para a Educação Superior no país. Prestimosa e conveniente, a Extensão pôde então se expandir, contando, é claro, com a colaboração da parcela do corpo docente que, ou acreditou na tese da aproximação necessária entre a Universidade e a realidade brasileira, ou encontrou na atividade extensionista uma oportunidade de realização pessoal ou profissional.

É importante perceber que a forma de cooptação dos Departamentos foi pautada pelo dirigismo e pelo autoritarismo, devido à necessidade de tornar a extensão parte integrante da vida da Universidade. Mas, exatamente por isto, ela não chegou a ser assumida plenamente pela comunidade universitária, vivendo quase como um apêndice num corpo hostil. Não chegou também a propiciar o propalado retorno que, como um sangue novo, deveria revitalizar o fechado e combalido organismo acadêmico. Daí, nascida por imposição e marginalmente, tornou-se artificial e inócua quando não maléfica. Maléfica porque, segundo alguns ela atingiu a própria identidade da Universidade, que hoje se vê às voltas com problemas criados pelas responsabilidades sociais que a extensão, inadvertidamente, aqui e ali, foi assumindo ao longo do tempo.

É claro que ao aumento de funções sociais e à expansão física não corresponde necessariamente a queda de qualidade. Considerando, porém, que a este aumento e a esta expansão não correspondeu outro aumento necessário, o de recursos humanos e financeiro, não fica difícil compreender porque muitos vêem a extensão de maneira negativa: ela diluiu os poucos recursos da Universidade, fez com que esta assumisse encargos sociais próprios de outros órgãos do Governo e, como não conseguiu responder satisfatoriamente às novas exigências, matou a esperança falsamente criada nas pessoas.

Em maior ou menor grau, os programas e projetos especiais apresentam, de acordo com os relatos e pelos motivos esboçados acima, problemas e falhas até certo ponto previsíveis e de certa maneira comuns aos estágios e à interiorização. Entretanto, apresentam também acertos e resultarão em benefícios que, se bem analisados, podem servir para reorientar as

atividades de extensão, definindo princípios e prioridades ou apontando caminhos para o projeto político da extensão na UFG". (**Relatório da Comissão designada para fornecer subsídios para o estabelecimento de uma política acadêmica capaz de assimilar a evolução do conceito de extensão na Universidade Federal de Goiás**, elaborado em 1986, por Comissão de Docentes designada pelo então Pró-Reitor de Extensão, Prof. Genésio Lima dos Reis, págs. 18 e 19)

O referido documento, à pág. 19, aponta como falhas e problemas da Extensão, nesse período, entre outros, a exclusão dos Departamentos no momento da elaboração dos projetos; a descontinuidade, desarticulação e fragmentação dos projetos entre si; e a ausência de retorno, para a Universidade, de resultados provenientes, do seu ponto de vista, do distanciamento da Extensão em relação ao Ensino e à Pesquisa. Continuando, o documento evidencia que:

... estas falhas e problemas não ocorreram com todos os projetos e programas, evidentemente. Nos casos em que sua gestação se deu nos Departamentos, integrados a propostas curriculares de ensino ou pesquisa, ou a intenções bem definidas pelo grupo interessado no trabalho, as falhas decorrentes do dirigismo e do artificialismo puderam ser evitadas. Assim é que, por exemplo, em muitos deles houve integração com o ensino e a pesquisa, tornando-se estas duas atividades bem mais dinâmicas e significativas para professores e alunos. (Cf documento citado, às págs. 19 e 20)

Como benefícios ou vantagens da Extensão, nesse período, o documento cita, entre outros, ser a Extensão

... ótima escola para o próprio professor que, em função de um trabalho direto com a realidade local e externa à Universidade, passa a atuar profissionalmente de maneira mais comprometida com o social e o coletivo – e isto é retorno. (Cf. documento citado, à pág. 20)

O segundo momento, o atual, se caracteriza pela consolidação de uma nova postura frente à Extensão Universitária, fomentada nos últimos anos e norteadas por Encontros e documentos organizados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas e pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Centro-Oeste. Outra característica deste segundo momento é a ampliação significativa do número de ações de Extensão desenvolvidas em todos os setores da Universidade.

As discussões desenvolvidas pela Comissão designada para elaborar o presente trabalho enfocaram a Extensão da forma mais abrangente possível. Optou-se finalmente pela elaboração dos documentos **Política de Extensão da UFG e Anteprojeto de Resolução** que, do ponto de vista da Comissão, definem e normatizam a Extensão na UFG. A Comissão não se preocupou em definir a posição hierárquica da Extensão na Universidade, considerando três aspectos: em primeiro lugar, porque acredita que o estabelecimento de uma Política de Extensão para a Universidade deve ser ação prioritária; em segundo lugar, porque várias sugestões sobre a posição da Extensão na UFG foram divulgadas nos últimos meses através de documentos e textos e estão sendo discutidas pela comunidade universitária e, em terceiro lugar, porque acredita que qualquer que seja a posição que venha a ser adotada sobre a Extensão os documentos produzidos poderão subsidiar futuras regulamentações.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

As ações de Extensão na UFG serão desenvolvidas em consonância com os seguintes pressupostos básicos:

- a - a educação é uma dimensão sócio-histórica da realidade que se expressa concretamente como uma prática social totalizante, ao mesmo tempo mediadora das relações sociais. Como parte integrante dessa totalidade a Universidade, por origem, natureza e sentido, é uma instituição educadora emergente da vida social concreta e depositária de seus conflitos e contradições;
- b - como instituição educadora a Universidade se expressa, em última instância, como academia, ou seja, como o lugar onde se constrói e se difunde o conhecimento, se investiga a realidade e se propõem formas de

equacionamento dos problemas que afligem a maioria da população. Nessa perspectiva, a Universidade Brasileira, historicamente produzida no interior de uma sociedade desigual, excludente e autoritária, e em particular a Universidade pública (aquela que se rege pelo interesse público), pode e deve contribuir na construção da cidadania com vistas ao aperfeiçoamento das relações democráticas em todas as instâncias da sociedade;

c - a construção da cidadania compreende a formação para o exercício de um conjunto de direitos e responsabilidades sociais, econômicas, políticas e culturais. Esse exercício requer acesso e uso de bens sociais (saúde, educação, cultura, trabalho, moradia, transporte, lazer etc.), que por sua vez supõe a existência do direito político de participação nas relações democráticas onde se executa e se pratica a luta pela garantia desse direito. Nessa perspectiva, a educação do cidadão tem papel importante na conquista e no exercício dessa participação bem como na ampliação das relações democráticas.

CONCEITUAÇÃO

“Extensão é o processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade”. (Fórum de Pró-Reitores de Extensão - 1987).

A UFG adota o princípio de que professores e alunos, ao atenderem demandas concretas da sociedade ou ao desenvolverem ações definidas em função de objetivos concretos da Universidade, no sentido de apoiarem alternativas que busquem soluções para problemas ou a melhoria do padrão de vida da população, utilizam-se de estudos e teorias que, ao se confrontarem com a realidade concreta, criam mecanismos que conduzem à reflexão sobre a qualidade e a relevância acadêmica do ensino e da pesquisa universitária. Surge então, do contato entre a Universidade e a sociedade, um processo de mão dupla: simultaneamente, ambas ensinam e aprendem e, reciprocamente, se influenciam, se modificam e se transformam.

A Extensão, ao favorecer a relação ensino/pesquisa/sociedade e ao vivenciar, sob a ótica educacional, os aspectos sócio-econômico-tecnológico-culturais,

além de permitir à Universidade cumprir sua função social, desenvolvendo ações que beneficiam a população, enriquece e atualiza o conhecimento acadêmico, na medida em que apreende o saber popular e contribui para a formação de profissionais competentes, técnica e politicamente preparados para atuarem na sociedade e apoiar ações que visem elevar as condições de vida da maioria da população do país.

A UFG se dispõe a apoiar iniciativas governamentais, de organizações não-governamentais ou mesmo particulares que tenham como princípio a busca de alternativas visando à melhoria da condição de vida de todos – reconhecendo a diferença entre ações paliativas que se destinam a atender situações críticas e emergenciais e ações voltadas para solução definitiva dos problemas –, não assumindo, no entanto, como suas a responsabilidade única da solução desses problemas.

OBJETIVOS GERAIS

As ações de Extensão na UFG serão desenvolvidas no sentido de atingirem os seguintes objetivos gerais:

- 1) Organizar, apoiar e acompanhar ações que visem a interação da Universidade com a Sociedade gerando benefícios para ambas;
- 2) Articular e integrar ensino, pesquisa e extensão em várias áreas, envolvendo Departamentos e Cursos, objetivando abrir espaços para uma reflexão rigorosa e a apresentação de alternativas, provenientes da pesquisa e do ensino, para soluções dos problemas da comunidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

As ações de Extensão na UFG serão desenvolvidas no sentido de atingirem os seguintes objetivos específicos:

- 1) Articular o Ensino e a Pesquisa com as demandas da sociedade, buscando o comprometimento da comunidade universitária com as necessidades e anseios da sociedade e sua representação organizada (sindicatos, órgãos públicos, empresas, categorias profissionais, organizações populares) ou outros grupos;

- 2) Analisar criticamente as demandas sociais, elaborar e participar de propostas que visem ao desenvolvimento regional e nacional na área econômica, social e cultural;
- 3) Participar do desenvolvimento de ações que objetivem elevar as condições de vida da população;
- 4) Democratizar os serviços da Universidade através da criação de mecanismos acadêmicos que permitam o acesso da população aos benefícios oferecidos;
- 5) Contribuir para a atualização das concepções e práticas curriculares a partir dos avanços científicos e sociais e da consideração das necessidades sócio-econômicas, tecnológicas e culturais em nível local e regional;
- 6) Contribuir para o fortalecimento das relações da Universidade com as comunidades científicas, técnicas e culturais da região, do país e do exterior mantendo a Universidade como local de referência regional.

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE EXTENSÃO DA UFG

1 - A extensão universitária é prática acadêmica interdepartamental e interdisciplinar

Como atividade acadêmica que se propõe viabilizar a relação ensino/pesquisa/sociedade, a extensão promove a retroalimentação do próprio ensino e da pesquisa, de projetos, atividades, estudos e debates objetivando a formação de cidadãos e profissionais dotados de sensibilidade social, competência técnica e capacidade crítica para se posicionarem ante a realidade (natural e social) e transformá-la.

A partir de seu Plano de Extensão a Universidade deverá elaborar e divulgar, temporariamente, o **Programa de Extensão da UFG**, contendo as linhas de atuação, as prioridades, os prazos e responsabilidades, visando subsidiar os programas das unidades e projetos departamentais.

Cada Unidade Acadêmica deverá elaborar seu **Programa Anual de Extensão** a partir de prioridades definidas pelo **Programa de Extensão da UFG** e encaminhá-lo ao Comitê Assessor de Extensão da PROGRAD acompanhado dos projetos a serem desenvolvidos.

Nesta perspectiva, a extensão na UFG terá seus Programas, Projetos e Atividades apresentados, definidos, analisados e avaliados no interior dos Departamentos levando em conta a política institucional e todas as disponibilidades de trabalho dos docentes. Em propostas interdepartamentais e/ou interinstitucionais, os Departamentos envolvidos elaborarão a proposta, contendo os objetivos e o detalhamento das ações, que será submetida à aprovação da Plenária dos Departamentos e Conselhos Departamentais envolvidos, num esforço de recomposição e de revitalização da importância do trabalho coletivo no processo de produção do conhecimento. Esse princípio dará maior coerência às propostas.

Caberá a cada Unidade de Ensino, devido a sua relação direta com sua área de atuação na sociedade, captar as demandas específicas para, num trabalho conjunto com os Departamentos e tendo como parâmetro o **Programa de Extensão da UFG**, definir as prioridades. Na elaboração do Programa de Extensão da Unidade tais decisões devem ser consideradas no momento da distribuição da carga horária de trabalho dos docentes e funcionários das unidades de ensino e outros órgãos. Por outro lado, todos os projetos e atividades desenvolvidos pelos docentes deverão se submeter a processos de avaliação continuada, cujo fim é impedir a improvisação e buscar a elevação da qualidade acadêmica das ações de Extensão na UFG. É importante que nos projetos a explicitação do vínculo dessa ação com o ensino e a pesquisa estejam claros.

2 - A Extensão deve ter uma gestão colegiada

A Extensão na UFG será regida por políticas e por normas que definirão os critérios de aprovação de projetos, de distribuição de recursos financeiros e de avaliação estabelecidos pelo Comitê Assessor de Extensão, e que, após ampla divulgação e discussão no interior dos Departamentos, serão apreciados pela Câmara de Graduação, quando for o caso.

O Comitê Assessor de Extensão será presidido pelo Coordenador de Extensão e Estágios (PROGRAD) e composto por cinco professores, Coordenadores de Extensão nas Unidades Acadêmicas ou órgãos, indicados pela PROGRAD, e terá a seguinte formação: um representante de Ciências Humanas; um representante de Ciências Exatas; um representante da área de Saúde/Ciências Biológicas; um representante de Ciências Agrárias/Veterinária; um representante do comple-

3 - A Extensão deve buscar e promover parcerias

Como referência acadêmica, o conjunto das ações de Extensão da UFG, além do trabalho interdisciplinar e interdepartamental, deverá desenvolver mecanismos que promovam e viabilizem o intercâmbio e o trabalho interinstitucional pelo estabelecimento de parcerias com outras instituições governamentais, não-governamentais, empresas de iniciativa privada, representação de movimentos sociais e outros.

A falta de recursos financeiros da Universidade impede muitas vezes a realização de ações que poderiam gerar benefícios para todos. Como os recursos oficiais destinados à Extensão são escassos, caberá à Universidade, através da Coordenação de Extensão e Estágios, com apoio do Comitê Assessor de Extensão e dos Departamentos, estar atenta às propostas da sociedade à qual está inserida e buscar parcerias com órgãos públicos ou iniciativa privada a fim de assinar convênios que busquem alternativas para a ampliação de sua capacidade de atuação. É importante que a Coordenação de Extensão e Estágios disponha de dotação orçamentária que lhe permita apoiar Projetos e Atividades de Extensão considerados prioritários.

A falta de recursos para as atividades fundamentais das Universidades não pode fazer da Extensão uma forma de “recuperação de custos” ou de “financiamento substitutivo”, como adverte a UNESCO em documento recente sobre as tendências da Universidade na atualidade. (**Documento de Política para el Cambio y el Desarrollo en la Educación Superior**, UNESCO, Paris, 1995). Há que se resguardar, recomenda a UNESCO, *a qualidade do ensino, a formação, a pesquisa e os serviços prestados à comunidade, sendo essencial o apoio público*.

SOCIEDADE, UNIVERSIDADE E O PAPEL DA EXTENSÃO¹

Ana Luiza Lima Sousa²

RESUMO:

A questão *O que é Extensão Universitária?* surge comumente todas as vezes que se pretende identificar as funções da Universidade. No entanto, não existe uma clareza conceitual a respeito do tema. Nesse trabalho, o que se busca é responder a questão a partir das concepções de Extensão Universitária que vêm sendo construídas historicamente por diferentes interlocutores nos vários períodos de sua presença no cenário da História da Educação no Brasil. Os interlocutores privilegiados foram os discentes, através do Movimento Estudantil Brasileiro; o Estado representado pelo Ministério da Educação e as Instituições de Ensino Superior, representadas mais recentemente pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão. O ponto de partida foram suas práticas.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA INQUIETAÇÃO

Desde o início de nossas atividades docentes na Universidade Federal de Goiás, no ano de 1989, uma questão sempre tornou-se presente e incômoda pela dificuldade de encontrar respostas adequadas. Por muitas vezes foi uma questão aparentemente inconveniente, pela sua constância em todos os momentos e também por produzir crítica sobre toda a produção que nos circundava.

Este termo - Extensão Universitária - foi ouvido desde os nossos primeiros dias na Universidade. E por diversas vezes tivemos nossas atividades caracterizada

por outros, como extensionistas. A sensação era como se praticar Extensão fosse uma vocação de uns poucos eleitos, como se acontecesse em função da predestinação de uns poucos chamados para aquela obra, devido a alguma demonstração de talento especial.

Uma questão - o que é Extensão Universitária? - começava a se impor. A polissemia era uma constante. A Extensão Universitária surgia sob as mais diversas definições, em tentativas diferentes de criar limites para sua prática ou, por outro lado, para servir de justificativa para práticas que estavam acontecendo sem um espaço claro dentro da academia.

Sua concepção, quando identificada, parecia sempre atrelada a proposições individuais, sem maiores cuidados de uma construção teórica. O material teórico que discutia a Extensão Universitária ainda era escasso e anêmico. Dentro desta carência fomos encontrar diferentes definições, mas que não atendiam as nossas inquietações.

Extensão já foi apresentada como a projeção da Universidade ao meio, ou como uma abertura dessa para a comunidade ou ainda como instrumento de formação humana do acadêmico e prestação de serviços à comunidade.

Estas definições pouco ajudavam no desembaraço da confusão teórica que vivia. Na verdade, não indicavam alternativas, mas reforçavam caminhos que já não nos pareciam os mais adequados.

Isso gerou uma situação conflitiva, na medida em que pensava ser necessário conseguir traçar os limites precisos sobre nossa prática docente e assim definir quando estava pesquisando, quando estava ensinando e quando estava fazendo Extensão. Pensava mesmo que se tratava de uma dificuldade conceitual particular. Até manifestar sobre estas questões era um ato constrangedor, pois o meio onde convivia, me fazia sentir como alguém que já devesse saber as respostas e não alguém que pudesse apresentar dúvidas.

Entender a Extensão Universitária tornava-se um exercício difícil, pois sempre esbarrava na questão primária de sua concepção e isto impedia o avanço para outras formulações. Quanto mais penetrava na prática extensionista, percebia que as divergências nas concepções da Extensão Universitária não eram apenas decorrentes das alterações semânticas, mas que estas concepções vinham sendo construídas ao longo da História da Educação no Brasil, e em decorrência do próprio movimento histórico do país. Diante disso, concordamos que toda educação pro-

vêm de uma situação social determinada e que o caráter histórico das políticas educacionais são evidentes, é que passamos a entender que a Extensão Universitária, tanto reflete as condições sociais, econômicas e políticas da Sociedade, quanto exerce também influências sobre estas.

Assim sendo, passamos a estudar a Extensão Universitária como parte da História da Educação no Brasil - mais precisamente da Universidade - e como tal, tentamos manter nosso olhar sobre todas as interferências que sofreu e também aquelas que produziu na Sociedade.

Se estudar a História da Extensão nos remeteu ao estudo da História da Educação, isto por sua vez nos conduziu a necessidade de conhecer mais sobre a Universidade, uma vez que estudávamos a Extensão Universitária. E não há como buscar esse conhecimento se não nos voltamos para as próprias questões da existência da Universidade.

A UNIVERSIDADE E SEU PAPEL SOCIAL

A Universidade tem não só objetivos pedagógicos na sua existência na Sociedade, mas também objetivos sociais, políticos e culturais. Além de suas funções de ensino e pesquisa ela é chamada também a assumir as atividades de Extensão Universitária.

Compreender a Extensão Universitária passa pela compreensão histórica do compromisso social da Universidade, considerando que a Extensão é uma das modalidades de "desincumbência" desse compromisso. Portanto, estudar a Universidade é um exercício que não pode se furtar ao dever de levar em consideração as relações múltiplas e recíprocas entre Universidade e Sociedade.

São estas relações sociais que vão determinar o modelo de Universidade que se cria e ao mesmo tempo sofrer as determinações desta criação. Ela sempre está a serviço de alguém, seja no ensino, na pesquisa ou na Extensão, sempre mantém um compromisso com algum grupo de seu meio social.

A Extensão Universitária é um instrumento mediador que deve propiciar o vínculo mútuo e dialético entre Universidade e Sociedade, demonstrando que a existência de ambas não pode ocorrer isoladamente. O conceito de mediação indica que nada é isolado. Entendemos que esta Sociedade é formada pela existência e convivência dos seres humanos, e que não devemos postulá-la como uma abstração.

No caso da Universidade Brasileira ela sempre foi caracterizada pelo exercício de uma única função que é o ensino. Mesmo que possam ser identificadas preocupações esporádicas com a Extensão desde o seu nascimento no país, não se tratava de uma função reconhecida e muito menos institucionalizada. Aqui, as primeiras experiências extensionistas foram frutos de interesses e atos de vontade de segmentos da comunidade acadêmica e não representavam respostas a demandas sociais.

A nossa Universidade ateu-se ao seu compromisso social, via aplicação de sua função de ensino. O ensino funcionando como a mediação para esse compromisso social. No entanto, um compromisso que continua restrito a uma parcela da Sociedade, ausentando-se da visão necessária de sua ampliação. E mesmo as atividades de Extensão, que poderiam ser o instrumento mediador da Universidade para ampliar seu compromisso social, tem se caracterizado pela desvinculação das necessidades objetivas das classes subalternas e pela permanente vinculação com os interesses das classes dominantes.

Diante disso o que se pode depreender da História da Universidade até aqui, é sua premente necessidade de estar na Sociedade, respondendo suas questões e servindo a esta no seu processo de crescimento e desenvolvimento.

A Extensão Universitária como o instrumento mediador que poderia catalisar as relações entre Universidade e Sociedade, ainda carece de maior elucidação.

Diante disso o esforço deste trabalho foi proceder ao estudo da Extensão Universitária numa perspectiva histórico-social, que possibilitasse desvendar uma concepção clara sobre este instrumento e sua utilização.

Recuamos no tempo, numa tentativa de buscar os interlocutores desta prática e suas falas, nos diversos momentos da História dos agentes centrais da Extensão Universitária, a fim de podermos reconhecer a natureza político-ideológica da Extensão na ótica de cada um e de todos. Reconhecemos que este caminhar de volta não era simplesmente retornar, mas também reconstruir.

OS INTERLOCUTORES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A imersão nos fatos históricos que envolviam a Extensão Universitária nos levou a desvelar alguns interlocutores capazes de sustentar os questionamentos que

estávamos produzindo. Este desvelamento foi acontecendo na medida em que nos aprofundávamos sobre os fatos, e tentávamos reconhecer os diversos sujeitos da práxis extensionista no Brasil.

Identificamos três interlocutores nucleares: a categoria discente, representada pelo seu movimento organizado; o Estado, representado pelo Ministério da Educação; e as próprias Universidades, enquanto Instituições de Ensino Superior, que foram representadas, mais recentemente na História, pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

A reflexão a partir de trabalhos de autores que já haviam estudado o assunto, dos depoimentos assistemáticos de agentes que fazem Extensão, da leitura de documentos originais, nos conduziu a uma identificação da presença destes interlocutores na História da Extensão de uma forma aparentemente cíclica.

Refletindo sobre a prática da Extensão Universitária a partir destes interlocutores: Movimento Estudantil, Estado e Instituições de Ensino Superior, tentamos, num exercício de liberdade, pensar sobre os papéis que tem sido e que estão reservados para a Extensão Universitária na construção do projeto de Universidade, nesta Sociedade e a efetividade destes papéis.

Em outras palavras, pretendemos analisar a relação da Universidade com a Sociedade através de uma de suas partes que é a Extensão Universitária, estudando o compromisso social da Universidade via o exercício da Extensão.

Na medida que entendemos que a Universidade é uma instituição social, torna-se ilógico tentar tratá-la de forma dicotômica, como se Universidade e Sociedade fossem entidades autônomas. O contexto sócio-econômico, político e cultural que circunscreve a academia, também a perpassa, portanto, Universidade e Sociedade evoluem conjuntamente, em relações recíprocas e de maneira dialética. O que nos interessa é indagar sobre com quem ela tem se comprometido e a quais interesses tem servido, via o exercício da Extensão. Este compromisso tem sido dirigido a quais parcelas da população? Quem são os privilegiados por esta atenção?

Percebemos que ao longo de sua História, a Universidade vem incorporando diferentes funções em diferentes contextos. No entanto, buscar a efetividade de um compromisso com a maioria da Sociedade através do exercício das funções de ensino e a pesquisa, não tem possibilitado à Universidade o cumprimento de sua

função de socialização, ou seja de colaborar na integração social da maioria dos indivíduos.

A partir do momento em que houve o reconhecimento da necessidade de voltar este compromisso para as classes desfavorecidas e menos privilegiadas, a Universidade começou a buscar uma prática que a aproximasse de tais grupos e efetivasse um compromisso social não mais só com as elites hegemônicas. As Universidades foram criadas sem a preocupação de efetivar a Extensão Universitária. Só mais tarde é que conseguimos reconhecer esta prática dentre as demais. Torna-se significativo, portanto, afirmarmos que não se trata de uma função inerente da Universidade, mas é de fato mais uma função assumida pela academia como tentativa de resposta as indagações sobre sua presença na Sociedade.

Fica claro que a Extensão Universitária tem como responsabilidade precípua efetivar as relações sociais da Universidade com o seu meio, de modo tal a fazer da Universidade uma instituição realmente social e comprometida com as necessidades da Sociedade em seu tempo.

Isto parece ser o que se espera desta função. No entanto, as dificuldades em identificar uma concepção teórica clara sobre o que isso significa, tem produzido as mais diversas práticas e direcionamentos variados. Esta nebulosidade tem produzido um movimento contraditório.

Esta clareza conflituosa sobre a nova função universitária não é identificada imediatamente ao seu surgimento. Dentro do seu espaço de criação particular a Extensão Universitária, como todo sistema teórico que tem uma História própria, ainda está em movimento, e portanto ainda em construção. A forma como vem sendo concebida ao longo da História varia de acordo com os sujeitos de sua prática.

Esta função assumiu variadas concepções conforme os seus interlocutores em cada momento distinto da História. Não houve sintonia entre esses sujeitos e não há como identificar uma mesma concepção entre eles. Cada interlocutor aparece contribuindo com uma construção própria sobre como conceber a Extensão Universitária. Apesar de na aparência haver uma similitude, na essência são posturas antagônicas.

A Extensão Universitária, enquanto um fenômeno aparente, "acessível à percepção sensorial direta", tem sido percebido sob um véu dissimulador de um con-

senso inexistente. Mas é a partir desta percepção que tem sido possível desvelar sua essência e assim colocar em evidência suas contradições

Não existe também uma presença forte e simultânea das concepções de cada interlocutor que permitisse viver intensamente o conflito paradigmático. É como se atuassem independentemente a partir de um falso consenso.

No período em que identificamos a presença do segmento discente assumindo as atividades extensionistas da Universidade de forma concreta e efetiva, vamos observar que, no mesmo período, a presença dos outros dois interlocutores não se fez notar com muita clareza. No período seguinte há um afastamento do interlocutor anterior e assume o Estado como o agente mais importante nas atividades de Extensão, ausentando-se agora o Movimento Estudantil e ainda não se evidenciando as IES. Até chegarmos ao período atual, quando vamos identificar a própria Universidade assumindo o seu lugar na Extensão Universitária, como instituição, e marcando o início de sua presença mais efetiva.

Na medida que prosseguimos na interlocução com os sujeitos desta História, identificamos diferentes eixos norteadores desta prática, assumidos distintamente pelos interlocutores.

Afirmamos que cada período não vai apresentar uma forma diferente e única sobre a Extensão Universitária. O que vamos presenciar é uma construção, um processo, que vai se utilizando do material já existente e acrescentando ou retirando partes, numa tentativa de se aproximar do ideal pensado por cada interlocutor.

O que podemos observar com clareza é que nos primeiros momentos da História da Extensão Universitária no Brasil, a idéia de difusão do conhecimento através dos cursos livres e Universidades Populares foi a única prática identificada como extensionista e que vingou por um longo período. A articulação Universidade-Sociedade era entendida como a difusão do conhecimento produzido, como um mecanismo de erudição das massas.

Identificaríamos neste período um primeiro eixo norteador, apesar da falta de clareza da produção de uma concepção própria. O que observamos é uma tentativa de transferência de modelos norte-americanos e europeus para dentro de uma Universidade Brasileira ainda incipiente.

É nítida a tentativa de transferência de paradigmas com a idéia de Universidade Popular da Europa, e também a idéia de Extensão Rural dos Estados Unidos da América do Norte. Esta transferência foi aplicada de uma forma não crítica e

aculturada. O que se esperava de tais práticas nos outros continentes foi o que se importou como necessidade brasileira. Talvez por isso não tenha alcançado o sucesso esperado.

Esta não foi uma prática que ficou isolada no passado da Extensão Universitária. Mas é um exemplo que permite evidenciar claramente a presença de um mecanismo de “transnacionalização do saber”, onde as Universidades centrais - no caso norte-americanas e européias - criam, definem e difundem o conhecimento. E as Universidades periféricas, como no caso da Universidade Brasileira, aceitam e legitimam esta dominação quando importam modelos com o único objetivo de fazer uma imitação do original, sem a preocupação de contemplar as perspectivas de suas próprias regiões. (GUADILLA, 1987:14-35)

Esta tem sido uma forma alienada da prática extensionista. Não que toda importação de idéias deva ser condenada como um mal em si mesmo, mas sim a “passividade com que se recebe a imitação” ou mesmo a “falta de análise ou de autocrítica” com que estas são recebidas. (FREIRE, 1979:35) Este modelo de prática extensionista vai prosseguir até chegar aos dias atuais, tendo assumido diferentes formas nesta trajetória.

O segundo eixo pode ser identificado a partir do momento que começamos a ver a presença hegemônica de um interlocutor, assumindo a Extensão como uma prática própria e com idéias perceptíveis sobre qual concepção estava orientado sua prática extensionista.

Este eixo, utilizado amplamente pelo Movimento Estudantil, foi a Extensão Universitária vista como “uma prática político-cultural-ideológica”. Neste caso as promoções culturais e artísticas eram o instrumental utilizado para a prática extensionista que visava a socialização de um povo.

A Sociedade da época, apesar da ampla divulgação e do esforço da UNE e outros movimentos organizados no país, não foi envolvida suficientemente nas ações promovidas. Os relatos históricos registram que as intensas atividades estudantis na área cultural e política, atingiam mais especificamente os próprios estudantes universitários, e a presença da Sociedade civil como um todo, não se fazia notar efetivamente, apesar do empenho dos organizadores.

Este eixo foi utilizado não só pelos discentes em seu movimento organizado, no período de sua presença mais forte, mas foi também assumido posteriormente, com nítidas diferenciações, pelo Estado e mesmo pelas IES.

O Estado, ao assumir as diretrizes da Extensão, negava a presença estudantil na Sociedade de forma ideologizada. Isso não significava incluir a negação da cultura como prática extensionista. No entanto, uma prática que, sob outros olhos, deveria estar esvaziada de qualquer conteúdo político.

Atualmente o eixo da cultura parece estar sendo retomado em muitas IES como uma nova chance que a Universidade vê para se reaproximar da Sociedade. Por algum tempo este eixo foi relegado a atividade secundária, ou até terciária dentro da academia. Não eram estas, vistas propriamente como um papel a ser desempenhado pela Universidade, e sim como realizações de alguns poucos interessados e vocacionados.

A cultura, sua promoção e a participação da Universidade junto ao seu desenvolvimento na Sociedade, deve ser tomada como uma tarefa acadêmica permeando a existência da Universidade em todas as direções. Não pode ser esquecido que a aproximação com a Sociedade deve ser realizada conforme os interesses de ambas as partes e não em sentido unilateral. Atividades culturais podem significar este caminhar em direção a um encontro.

As contradições que este eixo tem apresentado em sua prática histórica, permite-nos reconhecer que as duas formas como vem sendo tratada a cultura, encaminham-na para diferentes propósitos. Podemos identificar a cultura como forma de erudição na busca de desenvolvimento individual sem perspectivas de transformações sociais ou por outro lado, a cultura como instrumento de libertação. Em sua forma libertadora a cultura tem assumido sua face popular.

O terceiro eixo, utilizado prioritariamente pelo Estado durante o período repressivo, foi a Extensão Universitária vista como “prestação de serviço, caracterizada pela assistência às comunidades carentes”.

A questão da prestação de serviços vem sendo um eixo sustentador da Extensão durante muito tempo, significando para muitos, ainda hoje, ser essa sua exclusiva atribuição. Apesar das críticas que pode sofrer este tipo de serviço, ele foi fortemente justificado no contexto histórico que o sustentou, e mesmo hoje poderíamos reconhecer sua necessidade.

Durante o período de maior presença do Movimento Estudantil nas atividades extensionistas, pode-se perceber que a prestação de serviços também era considerada uma estratégia da Extensão Universitária. A diferença talvez residisse na tentativa de se fazer desta prática uma assistência voltada para comunidades caren-

tes, procurando desenvolver-lhes não só materialmente, mas também provê-las de recursos intelectuais e ideológicos capazes de promover a superação de seu estado de miséria.

Já a prestação de serviços, entendida pelo Estado, assumia sua face eminentemente assistencialista. Não estava em pauta discutir as causas, contradições e relações que produziam aquelas determinadas situações. Importava assistir o homem na posição em que se encontrava. O lema do Projeto Rondon corporifica bem a idéia desenvolvimentista que se apresentava naquele momento: "Integrar para não entregar".

Atualmente, com as IES assumindo a direção da Extensão Universitária, a prestação de serviços não tem sido abandonada como prática extensionista. O que tem sido proposto pelas IES, via Fórum de Pró-Reitores, seria uma ampliação deste modelo, o que pode estar representando o embrião de um novo eixo.

Ao longo da História que analisamos, o que podemos observar com relação a presença da Universidade prestando serviços (assistencialismo) às comunidades, não parece representar um grande impacto desta prática. Tem-se observado que este tipo de ação pode refletir na concepção popular sobre o que venha a ser o papel da Universidade. É de fato um reflexo que desvia da imagem verdadeira e a distorce. Não é raro encontrar, na Sociedade, uma opinião de que a Universidade devesse ser a instituição capaz de resolver problemas urbanos e administrativos que não são de sua responsabilidade.

Acreditamos que a prestação de serviços é uma estratégia que deve ser re-discutida para perder seu caráter assistencialista e imediatista. Em muitos casos tem sido desenvolvido à revelia da própria comunidade assistida, demonstrando pedantismo de uma academia que ainda se julga detentora de saberes superiores aqueles produzidos fora dela. Talvez a possibilidade de desenvolvimento de ações em parceria entre Universidade e Sociedade, possa trazer luz sobre esta dificuldade.

Podemos desta forma observar que a Extensão Universitária vem sendo utilizada tanto como um instrumento de alienação como também instrumento de emancipação. A Extensão Universitária, enquanto instrumento de alienação tem servido para manter o status quo e a hegemonia de uma classe. Apresenta-se, neste caso, não como uma "prática social", mas como um fetichismo dentro da Universidade. Toma-se a Extensão como um "fato independente da dinâmica do real" e a naturaliza.

Contraditoriamente a Extensão pode também assumir o papel de instrumento de emancipação, de desenvolvimento das capacidades humanas. Isso acontece quando sua prática é transformadora, na medida em que provoca rupturas e pode ser identificada como uma práxis revolucionária, como uma "prática da liberdade" (FREIRE, 1983:93).

O quarto e último eixo que observamos parece estar sendo desenvolvido pelas próprias IES. Trata-se da Extensão Universitária operacionalizada através da "prestação de serviços, mas agora voltada para a venda destes serviços". Discute-se a importância e necessidade das Universidades encontrarem parceiros do lado de fora de seus muros e assumirem juntos a mesma missão social.

A discussão parte do princípio de que quando se presta serviço, presta-se serviço à alguém. E isso pode acontecer porque houve solicitação ou porque houve a oferta, ou mesmo por que houve solicitação da oferta. Isso diferencia a prestação de serviço como forma unicamente de assistir. Passa-se a pensar na possibilidade de vender serviços e também em uma prática em parceria da Universidade com instituições da Sociedade civil.

Estamos vivendo um momento de recriação da Extensão Universitária. Esta é uma função que está sendo vista como uma chance de recuperação social das Universidades. Aparentemente há um consenso entre IES, MEC e os próprios estudantes a respeito de uma nova prática extensionista. E isto principalmente em termos de recursos financeiros para a subsistência da Universidade e as categorias que a integram. Justamente por isso, é um momento oportuno para que todas as questões sejam pronunciadas no intuito de produzir uma busca das respostas mais adequadas. Não nos atreveríamos a apresentar qualquer elucidação mágica para tais questões, mas reconhecemos que o momento exige este exercício.

Existe uma provocação para que a Universidade preste serviços hoje. Isto ocorre muitas vezes até como cobrança pelo que a Sociedade tem investido. No entanto, mesmo nestas cobranças podem ser sentidas as diferenças. Não se pretende uma Universidade substituindo o Estado em suas obrigações sociais. A prestação de serviços feita pela Universidade não deve ser assumida apenas pelo serviço em si, mas deve representar um momento de produção do conhecimento e mesmo da distribuição deste conhecimento produzido. É a Extensão o instrumento necessário para que o produto da Universidade - pesquisa e ensino - esteja articulado entre si e possa ser levado o mais próximo possível das aplicações úteis na

Sociedade. Desta forma poderá estar contribuindo com a crítica e com a análise, na construção, junto com a Sociedade, de um sistema mais justo. A Universidade deve estar presente na formação do cidadão, dentro e fora de seus muros.

Esta forma de conceber a Extensão Universitária reflete a idéia do projeto liberal que tem ditado as diretrizes do Governo Brasileiro. A educação tem se alterado e se enquadrado conforme as rearticulações do projeto capitalista-liberal”, buscando conformar-se aos paradigmas da eficiência e da qualidade. Esta concepção - “a busca das parecerias” - adequa-se confortavelmente aos propósitos do Estado, na medida em que outros sujeitos passam a receber responsabilidades por tais práticas, possibilitando que o Estado fique distante ou mesmo ausente.

UNIVERSIDADE, SOCIEDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A partir do momento em que uma concepção sobre a Extensão Universitária passa a ser assumida pelos sujeitos de sua prática, definem-se os caminhos que podem ser trilhados. Mas isso significa também a possibilidade da produção de um conhecimento que esteja atendendo as demandas e expectativas das próprias regiões onde a academia sobrevive, sem a necessidade de importação única de idéias e modelos estrangeiros. Seria a Universidade atuando dentro dos “limites das possibilidades reais”, atuando sobre o possível dentro do socialmente justo na construção de uma cultura própria. (GUADILLA, 1987:75)

Diante disso voltamos a reafirmar, sem o receio de cairmos em raciocínio simplista, que está nas mãos da Extensão Universitária fazer com que a própria Universidade seja relevante socialmente. Esta forma de conceber a Extensão - “instrumento articulador do ensino e pesquisa entre si e da Universidade com a Sociedade que a rodeia” - nos conduz a pensar que se trata de uma função passageira, que deverá ser superada pela sua própria prática.

A Extensão Universitária, ao longo de sua História, está presa entre dois caminhos que se contradizem. Observamos os diferentes momentos em que ora assumia uma ou outra direção, na dependência dos sujeitos de sua prática. Em uma direção ela deve buscar a superação de si mesma, através de sua prática, e conseqüentemente rompendo com sua própria concepção e servindo efetivamente como instrumento articulador que produz transformações tanto intra quanto extra muros

da Universidade; na outra direção ela também pode ser um instrumento articulador, mas alienante, servindo a interesses de determinadas classes hegemônicas no sentido de manutenção e continuidade, sem rupturas com o real. Neste caso ela também pode alcançar sua superação, mas o preço poderá significar a asfixia da Universidade, mesmo com a prática do ensino e da pesquisa.

É este o papel histórico da Extensão. Aproximar a Universidade da Sociedade. Ser o instrumento de resgate destas possibilidades. A Universidade, como já afirmamos é ao mesmo tempo determinada pelas condições sociais e determinante delas. Não existe pois uma posição de suposta neutralidade que a torne protegida das cobranças. A mais frágil hipótese sobre essa possibilidade já teria como consequência uma Universidade asséptica e estéril, ou seja uma instituição longe de ser educativa e/ou transformadora.

Portanto, esta concepção que vem se construindo sobre Extensão Universitária deverá refletir sobre sua prática e conseqüentemente sobre o próprio modelo de Universidade e de Sociedade que se almeja para o país.

Como um dos aparelho formadores, a Universidade deve reconhecer que a educação não lhe pertence unicamente, e que o seu papel é abrir o horizonte intelectual do estudante, colocando conteúdos que tornem a educação um instrumento não só para a vida, mas para a transformação da vida e da Sociedade.

Participar deste resgate da cidadania é obrigação da academia. E a Extensão pode ser o instrumento viabilizador desta participação. A posição assumida pela Universidade, através de sua postura crítica e de sua qualidade, pode estar contribuindo, via Extensão, para este resgate não só entre os indivíduos, mas também para si própria.

A Universidade está sendo convocada a assumir seu lugar na Sociedade, sem perder de vista a perspectiva crítica que deve caracterizá-la. Ela, como instrumento de elaboração dos “intelectuais de diversos níveis”, precisa, de um modo orgânico, colocar-se a serviço da Sociedade sem favorecer a manutenção da hegemonia de uma classe em detrimento da sobrevivência das demais. A Universidade precisa imiscuir-se “ativamente na vida prática”, como construtora e organizadora de uma nova Sociedade. (GRAMSCI, 1989:3-10)

Historicamente a Universidade tem buscado se proteger da crise que envolve toda a Sociedade. É temerosa do envolvimento e de suas conseqüências. Ela tem se assustado com os acontecimentos e mudanças do final deste século. Só que

este susto não tem sido utilizado como alavanca para rupturas. O medo parece impedir o movimento. Devemos reconhecer toda nossa ortodoxia se pretendemos romper com o velho e assumir características de contemporaneidade. Disso depende o nosso destino. Assumir que vivemos um momento de crise, de modo generalizado, pode ser positivo na medida em que isso significa o início do questionamento dos paradigmas que temos recebido. Estaremos construindo outro paradigma, e isso não é um processo cumulativo, mas uma construção nova fundamentada em diferentes elementos, no caso os nossos elementos regionais. (GUADILLA, 1987:143)

O movimento que a Universidade deve fazer, utilizando-se da Extensão como mediadora desta ação, precisa começar dentro de si mesma e arriscar-se também fora de seus muros. As suas funções, já amplamente reconhecidas, de produção e disseminação do conhecimento, precisam do oxigênio de uma práxis revolucionária. Ela precisa estar vigilante quanto a sua função política de transformação das condições sociais de dominação

A práxis revolucionária é o fundamento e a finalidade do conhecimento. Um conhecimento que o homem produz ao produzir as condições necessárias à sua existência, através do trabalho. O ponto de partida, portanto, para elaboração do conhecimento, são os homens, em sua atividade, em seu trabalho, no interior das relações sociais que eles geram. E a Universidade não pode pensar em si mesma como instituição formadora se ignora o ambiente social na formação dos profissionais.

O saber é elaborado a partir das relações sociais que os homens estabelecem em sua prática produtiva em determinado momento da História. O 'locus' da produção do conhecimento são pois, estas relações. Cabe a Universidade a função social de produzir, sistematizar e distribuir o saber. Não lhe cabe o papel de neutralidade ou ausência dentro da totalidade que é esta Sociedade.

Ela deverá "mergulhar no processo de produção do conhecimento que ocorre no interior dos processos sociais e produtivos", e trazê-los para dentro de si mesma com o intuito de reconstruí-lo e "devolvê-lo à Sociedade, quer através de pesquisa, quer através da Extensão, quer através do ensino". (KUENZER, 1992:7)

E é como práxis revolucionária que entendemos o papel da Extensão hoje. É esta sua responsabilidade. Só desta forma a Universidade poderá ser aceita como instrumento transformador do real, quando estiver atuando sobre as mudanças das

circunstâncias mas também sendo transformada pelas mesmas circunstâncias. Não devemos esquecer que "o próprio educador tem de ser educado." (MARX & ENGELS, 1984:108).

"O espaço de produção efetiva do conhecimento é a práxis, onde se supera o saber pedante e se produz o saber revolucionário. E a isto, uma boa parte da Universidade resiste; boa parte de seus profissionais são fruto do velho princípio educativo, intelectuais de grande cultura ou especialistas, sem serem dirigentes, no sentido gramsciano (político + especialista). Os espaços de articulação com o movimento do real, como os estágios, a pesquisa e a Extensão, acabam por ser atividades marginais. Cair na vida, penetrar no caos, no buraco negro das relações sociais concretas, onde as explicações não são suficientes, onde o conhecimento é frágil, onde a competência formal não serve, é uma aventura que a poucos atrai. É mais confortável o útero morno e seguro da "mãe academia"... Os que conseguem, no entanto, romper os muros, por os pés - e a cabeça - para fora, deixando entrar o ar fresco da realidade nos pulmões, têm descoberto que é no movimento, no provisório, no caos, na dinâmica jamais "enquadrada" das relações concretas, que se transforma a Sociedade, que se faz a revolução." (KUENZER, 1992:22)

Ao cumprir com o seu papel, a Extensão estará atingindo sua possibilidade máxima, e será superada por si mesma. Quando a Universidade for capaz de se libertar das amarras que lhe foram criadas e pela crítica, conseguir ver além de si mesma, as questões da Extensão Universitária deixarão de existir, pois, não serão mais necessárias. A Extensão tem um caráter de provisoriedade, ela não é perene e nem mesmo inerente à Universidade. O quê justifica sua presença é sua relevância social. Ela deverá superar a si mesma pela sua própria práxis.

A Universidade não necessitará de instrumentos que a interliguem com a Sociedade. Ela mesma, em sua totalidade, será o amálgama desta nova construção. Esta nova postura da Universidade a colocará como fator inigualável para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural para o seu meio ambiente. Questões como o financiamento, autonomia e existência democrática das IES, serão respon-

didadas através da práxis destas instituições. A sua relevância junto a Sociedade que a sustenta, será sentida não só pela presença material, mas pela repercussão do cumprimento de suas funções de uma forma socializadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 218p.
- GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. 244p.
- GUADILLA, Carmen Garcia. **Produccion y Transferencia de Paradigmas Teoricos en la Investigacion Socio-Educativa**. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 1987. 189p.
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Para Estudar o Trabalho como Princípio Educativo na Universidade: categorias teórico- metodológicas**. Tese para Concurso de Professor. Titular. Curitiba, 1992, 209p.
- MARX & ENGELS. **A Ideologia Alemã. Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Moraes, 1984. 119p.

LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA. UMA EXPERIÊNCIA, UM DESAFIO

Zaíra da Cunha Melo Varizo³

RESUMO:

O presente artigo defende a idéia da criação de um Laboratório de Educação ligado à disciplina de Didática e Prática de Ensino, como um elemento importante na formação do profissional da educação. Vê neste laboratório um fator de integração entre a universidade e a escola de ensino fundamental e médio. Descreve a experiência desenvolvida na Universidade Federal de Goiás no Instituto de Matemática e Estatística, durante o período de 1994 a 1996, na concepção e implementação do Laboratório de Educação Matemática

Atualmente, no Brasil, vêm se acentuando as discussões relativas às mudanças necessárias nos currículos dos cursos de formação de profissionais da educação, tendo em vista a formação do cidadão que atenda as demandas de uma sociedade tecnológica, globalizada, democrática e em constante transformação.

Como deve ser esse currículo que forme um profissional reflexivo, "*capaz de questionar sua própria ação, propor solução, capaz de compatibilizar a seleção de conteúdo, métodos empregados, interação professor-aluno, com sua concepção de Matemática; um ensino contextualizado que leve em consideração tanto as características sócio-culturais, econômicas e psicológicas do educando, quanto aos aspectos materiais e humanos da escola*" (Varizo, 1990).

Essas questões têm por escopo a prática de ensino desse profissional, o fazer do professor na sala de aula. Estamos cômicos de que é ali, na sala de aula, na ação, na relação entre professor e aluno que se concretiza a educação. Como

superar as contradições presentes na prática tradicional tão arraigada em nossas escolas em especial no que tange à sala de aula de matemática? Qual deve ser a prática de ensino que permita a educação matemática da qual falamos? Melhor dizendo, como os cursos de formação de professores poderiam contribuir para que o futuro professor consiga superar essa prática cristalizada?

Todas as disciplinas do curso contribuem, de alguma forma, para a concretização da prática de ensino do futuro educador, seja pelo conteúdo veiculado, seja pelo próprio fazer pedagógico do professor. Não pode ser negligenciado o papel de cada uma delas na formação do educador. No entanto, uma dentre todas as disciplinas tem a preocupação específica com a prática de ensino, é a Didática e Prática de Ensino. Essa disciplina que situa-se num ponto nodal do curso, no ponto de confluência de saberes de natureza distinta, especialmente no caso da matemática, pois de um lado tem-se um conjunto de disciplinas do campo das ciências exatas e, do outro, as de ciências humanas, e é da síntese desses saberes que se concretiza a prática de ensino do educador matemático. Estão presentes também nesta disciplina as duas grandes vias de produção do conhecimento: a teórica e a prática. O conhecimento pedagógico nesta disciplina deve ser produzido entre o conhecimento sistematizado produzido pela humanidade e aquele produzido a partir da experiência vivida.

Experiência vivida, sim, o cotidiano escolar, o dia-a-dia do professor na sua sala de aula. Não obstante, tratando-se de um curso formal, essa experiência fica muito mais a nível da experiência como aluno, ou da descrição da experiência de outrem, ou como uma experiência vivenciada nas chamadas Práticas de Ensino ou Estágios Supervisionados, sem dúvida alguma, valiosa para a formação do profissional. Entretanto, por mais que se aproxime da prática docente, ainda assim não será a realidade cotidiana do profissional da educação.

Nossa preocupação é que o conhecimento teórico, fortemente imbricado à ação, permita que os futuros educadores tenham condições de analisar e criticar o cotidiano das salas de aula de matemática de modo a vencer a tradição e a rotina ali presentes, mas também capaz de analisar sua própria prática, e responsabilizar-se pelo seu desenvolvimento profissional, compatível com uma sociedade em mudança, que compreenda a natureza histórica, mutável e referenciada na qual se concretiza a prática de ensino, e dirija sua ação pedagógica para a formação de um cidadão capaz de construir uma sociedade mais justa e solidária.

Diante da complexidade da tarefa a nós colocada, da formação de tal profissional, das limitações inerentes a um curso formal e da própria limitação da prática de ensino desenvolvida pelo licenciando durante o curso, como já foi dito, não é a prática docente propriamente dita, as disciplinas didático-pedagógicas têm adotado várias estratégias para minimizar as limitações, entre elas a discussão de pesquisas do cotidiano na sala de aula. Uma outra forma de buscar minimizar as limitações seria um laboratório de educação, que relacionado a essas disciplinas pode oferecer vivências a elas paralelas, um meio termo entre o curso e a realidade educacional.

No ano de 1993, um grupo de professores do Departamento de Matemática, da UFG, propôs a criação do Laboratório de Educação Matemática vinculado ao departamento, o qual foi criado de fato no 2º semestre de 1994.

Compreendemos que o Laboratório de Educação Matemática - LEMAT, poderia não só ser um coadjuvante na consecução da tarefa da formação do profissional da educação matemática, mas também poderia ser um recurso ímpar para fomentar a formação contínua desse profissional, além de ser um *locus* para fomentar a integração entre a universidade e a escola do ensino fundamental e médio.

Entre as muitas razões para se criar um laboratório de educação matemática, podemos citar as seguintes:

- sensibilizar os alunos do curso de matemática para as questões de ordem pedagógicas do conhecimento matemático;
- envolver os alunos da área de educação matemática, graduação e pós-graduação *latu senso*, na elaboração de inovações educacionais;
- propiciar oportunidade de trabalho de parceria entre professores da universidade, professores da rede de ensino fundamental e médio e alunos de licenciatura;
- servir de ponto de apoio para professores de matemática da rede de ensino fundamental e médio no desenvolvimento do seu processo de ensino e aprendizagem.

No seus parcos dois anos de existência, podemos dizer que o Laboratório de Educação Matemática já integra a formação de nossos licenciandos. Os alunos, desde seu primeiro ano, já procuram o laboratório para solicitar orientação no desenvolvimento de sua ação pedagógica, seja na sua atuação como docente em

escolas do ensino fundamental e médio ou como professores particulares, ou então vêm simplesmente para conhecer ou conversar sobre questões educacionais.

O LEMAT tornou-se o local dos alunos do 4º ano de licenciatura reunirem-se para:

- consultar seu acervo bibliográfico, tais como textos de propostas de ensino desenvolvidas por outras IES do país;
- conhecer materiais manuseáveis;
- verificar suas possibilidades na construção do conhecimento matemático escolar;
- consultar sua modesta videoteca.

O Laboratório dá oportunidade ao licenciando para explorar formas distintas de abordar um mesmo conteúdo, bem como perceber que vários conceitos matemáticos podem ser explorados com um mesmo material instrucional, servindo de inspiração para que o licenciando construa seus próprios materiais.

Deste modo, o licenciando, sondando, lendo e refletindo sobre o material instrucional existente, percebe que não existem regras para a produção do conhecimento, bem como *“nenhuma idéia é suficientemente forte para funcionar como ciência rigorosa da ‘práxis’”*, como afirma Eduardo Prado Coelho (Apud Garcia, 1994), tornando-se livres para ousar, pois só assim livres, como diz Garcia (Ibid), das *“amarras de um projeto predeterminado por pressupostos rígidos, respaldados em uma legitimidade científica, estamos abertos a novas aventuras”*.

Não resta dúvida de que o laboratório tem sido, de fato, um importante coadjuvante para as disciplinas de cunho didático-metodológico. Ele é o espaço por excelência, para que o aluno desenvolva suas potencialidades pedagógicas, sua capacidade criativa, que ainda é tolhida pelo fato de não dispormos de recursos como os que são oferecidos por uma pequena oficina de marcenaria para a criação e construção de materiais e de outros recursos como filmadora e outros para a produção de vídeos. Não se pretende nada a nível profissional, mas que dê condições ao professor de criar, experimentar, pesquisar, buscar novos caminhos, novas práticas, *novas aventuras*.

O LEMAT, com o objetivo de estabelecer integração entre o ensino universitário e o ensino fundamental e médio, vem desenvolvendo as seguintes atividades:

assessoria a professores da rede de ensino fundamental e médio de Goiás, tanto no que se refere a dúvidas de conteúdos como no desenvolvimento da prática de ensino do professor; cursos de atualização; projeto de formação continuada de professores, promoção e participação em eventos.

Existe na rede de ensino público e particular de Goiânia, na área de Matemática, um grande número de professores leigos, ou seja, que não são licenciados nessa área. Em geral, na segunda fase do ensino fundamental, são engenheiros, economistas, administradores, quando têm alguma formação superior, os que assumem a sala de aula. No caso da 1ª a 6ª séries, raramente encontramos professores qualificados, quando muito são formados no curso de magistério, a nível médio. Creio que essa situação não seja muito diferente do resto do país. Não é preciso dizer que o conhecimento matemático desses professores seja irrisório, considerando sua função de professor; não é de se admirar que a aprendizagem da matemática esteja numa situação tão calamitosa.

Por outro lado, não poderíamos ficar esperando a formação de novos professores, diante da situação presente da aprendizagem da Matemática. Assim., ao mesmo tempo que trabalhamos para a qualidade dos cursos de formação de professores, procuramos também atuar junto aos docentes de Matemática, em exercício nas escolas de ensino fundamental de Goiânia, no sentido de ajudá-los a viabilizar alternativas concretas e válidas na superação de uma prática pedagógica rotineira e tradicional, no caso dos egressos dos cursos de licenciatura, e de uma prática que se resume numa repetição acrítica dos livros didáticos e não raramente carregadas de equívocos, no caso dos não licenciados.

Salientamos o caso de professores leigos, porém consideramos que a atualização deva ser uma constata, mesmo na vida do licenciado. Ao concebermos o saber como um processo, o docente deve buscar continuamente novas informações, pois o saber pedagógico precisa, a todo momento, estar penetrando a prática uma vez que a realidade renova-se a cada instante e vice-versa.

Pretendemos trabalhar com o professor na sua diversidade cultural de princípios, valores, crenças, atendendo-o em suas expectativas e necessidades concretas. Não temos em vista grandes modificações na escola, mas uma melhoria na qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, cremos ser possível que o contato com a universidade possa ser fonte para motivações de transformações significativas na prática de ensino desses professores. Para atuar neste campo,

desenvolvemos duas ações básicas: o oferecimento de curso de atualização e assessoria

Os cursos de atualização têm por finalidade oferecer aos professores de Matemática, em especial da rede pública, leigos e licenciados, ensinamentos básicos em matemática, bem como em metodologia de ensino de Matemática. Esses cursos têm sido oferecidos em parceria com o Departamento de Física, uma vez que a situação não é muito diferente da Matemática.

Uma das nossas preocupações é procurar que os recém-formados, especialmente os em exercício da profissão docente no ensino fundamental, não rompam o seu vínculo com a universidade, tendo em vista a formação continuada desses ex-alunos e também sua valorização profissional. Uma das formas que encontramos de manter esse contato foi de os envolver em atividades conjuntas com os professores do Instituto de Matemática e Estatística, daí propusemos que alguns ex-alunos e professores do ensino fundamental, que se sobressaíram como alunos, ministrem cursos de atualização. Ao mesmo tempo que se mantém os laços entre o ex-aluno, agora professor do ensino fundamental ou médio, e o professor do Instituto, essa relação propiciará a este professor oportunidade de ter um melhor conhecimento da realidade do profissional do ensino fundamental e médio, trazendo, certamente, benefícios para os cursos de licenciatura de matemática.

Tem sido grande a procura por esses cursos, especialmente na área de matemática. Nos 4 últimos semestres, foram oferecidos os seguintes cursos relacionados ao ensino de Matemática: Calculadora na sala de aula, Ensino da Geometria Espacial, Equações do 1º grau, Um enfoque histórico, Operações Aritméticas-Alternativas de Abordagem de Ensino, Geometria: metodologia de ensino, Linguagem LOGO na Matemática, Ensino da Trigonometria; sendo que são várias as solicitações de que sejam repetidos, mas, devido à disponibilidade dos professores, apenas alguns foram repetidos como: Ensino de Geometria Espacial, Ensino da Trigonometria, Geometria; metodologia de ensino; com um total de 195 concluintes. Embora a maioria se constitua de professores de matemática das escolas de Goiânia, também têm cursado professores de cidades próximas como: Anápolis e Inhumas.

O LEMAT vem oferecendo assessoria a professores de matemática. Essa atividade surgiu por acreditarmos ser necessário criar meios informais de trabalhar com o professor, isto é, sem que o professor esteja engajado num curso ou pesqui-

sa. Pretendemos que a assessoria seja um canal permanentemente aberto entre o profissional da Educação Matemática do Ensino Fundamental e Médio e a Universidade. Um canal que propicie a interface desse profissional em serviço, com seus problemas concretos e as novas tendências praticadas no ensino e veiculadas, em geral, pela universidade, e, também, que permita que esse profissional possa, sempre que julgar conveniente, buscar a contribuição de seus colegas universitários em suas dúvidas de conteúdo e metodologias.

O atendimento aos professores vai desde uma simples consulta com relação a uma dúvida de conteúdo, uma dificuldade na resolução de problemas, até na orientação, na elaboração e/ou implementação de metodologias de ensino alternativas, de tópicos de conteúdo da matemática escolar.

Os professores da rede de ensino fundamental de Goiânia e do interior do Estado têm procurado o LEMAT para trocar idéias sobre a metodologia de ensino de algum tópico do programa de matemática, ou mesmo para solicitar sugestões, ainda em número bastante reduzido.

O LEMAT tem participado de eventos, principalmente através de painéis. Em alguns eventos, tem apresentado jogos, tais como o TANGRAM e DOMINÓS, de conteúdos como o de números fracionários e porcentagem. Os jogos atraíram de tal forma a atenção dos participantes, que muitos vieram visitar o LEMAT; em geral eram professores de matemática ou estudantes do ensino fundamental e médio. Alguns alunos solicitaram orientação para apresentarem trabalhos na feira de ciência de suas escolas.

Já faz dois anos que promovemos a Jornada de Educação Matemática. Este ano já encontra-se em fase de elaboração a terceira Jornada de Educação Matemática. Aqui também trabalhamos em parceria com a Física, a qual se encontra na sua segunda jornada.

A jornada é mais um elemento na busca da integração entre professores de ensino fundamental e médio, alunos dos cursos de graduação e pós-graduação e professores universitários, na socialização do conhecimento da área de educação matemática e em educação em física, tanto produzido pela universidade, por seu corpo docente e discente, como pelos próprios professores de Matemática e de Física de nossas escolas, criando condições propícias para consolidar o intercâmbio com o Laboratório de Educação Matemática.

Outra ação que o laboratório vem desenvolvendo é no campo da formação continuada de professores, a qual denominamos Projeto Colméia. Este é um trabalho coletivo, que envolve professor universitário, professor da escola fundamental e alunos do curso de licenciatura, no qual cada um contribui com seus saberes e seu fazer, numa troca em que todos têm pesos iguais. Tem por finalidade desenvolver a capacidade do professor de refletir sobre as origens propósitos e conseqüências de suas próprias ações e propor soluções, o que caracteriza um processo de reflexão/reconstrução da própria experiência, levando o professor a responsabilizar-se por seu próprio aperfeiçoamento profissional. Além do mais, oferece a oportunidade de desenvolver uma atitude científica tanto no professor como no licenciando, uma vez que vivenciam uma situação de pesquisa na qual identificam e delimitam um problema da aprendizagem da matemática, coletam dados, fazem observações, buscam padrões, estabelecem diferenciações, integrações, generalizações e avaliam resultados.

Buscamos a transformação da prática de ensino dos professores de Matemática, a partir da auto-análise de sua atuação docente e nos propomos a desenvolver atividades de ensino de Matemática a serem aplicadas nas escolas de Ensino Fundamental (2ª fase) e Médio.

Pensamos propor um trabalho que respeitasse a experiência e saber dos professores de Matemática das escolas públicas; que atendesse de fato suas questões. A universidade neste contexto deixa sua posição autoritária de dizer o que fazer, como fazer a esses professores e se coloca ao lado do professor. Só uma atitude reflexiva do professor diante do seu fazer pedagógico, repensando sua prática, questionando a realidade, buscando sentido para sua ação de forma coletiva num entrelaçamento de saberes práticos e teóricos, possibilita aos participantes, professor de nossas escolas e professor da universidade, formarem-se e aperfeiçoarem-se no seu trabalho.

O licenciando, ao participar das atividades deste projeto, terá oportunidade de obter maior número de experiências do que será o mundo de trabalho do professor de matemática, o qual deve ser o ponto de referência para a produção intelectual do licenciando e da conseqüente atuação na realidade. Terá a oportunidade de vivenciar o seguinte fluxo: leitura da realidade (prática pedagógica do professor de matemática) - teorização - transformação.

A participação do licenciando neste projeto, além de permitir a vivência desse fluxo, dá oportunidade de vivenciar, de forma mais próxima do seu mundo de trabalho, a produção do saber do profissional da educação matemática, o que favorecerá a formação de um profissional com melhores condições de concretizar um fazer crítico, um profissional capaz de concretizar ações que superem a prática tradicional existente na escola. Enfim, permitirá que o futuro professor tenha consciência do seu papel dentro da nossa escola pública, tanto quanto as condições objetivas de trabalho, quanto as possibilidades objetivas de transformação.

Estruturamos o trabalho em vários grupos, os quais denominamos de células. Cada célula é composta por um professor coordenador do IMF, por dois professores, em exercício, da rede pública do Ensino Fundamental ou Médio e por dois licenciandos, bolsistas. A célula de coordenação e apoio didático-pedagógico é formada pelos coordenadores das células e pelos professores de Didática e Prática de Ensino de Física e de Matemática.

A questão do ensino a ser estudada deve emergir da própria situação vivenciada pelo professor com seus alunos em sala de aula, cabendo a ele oferecer o material produzido, bem como a orientação para sua aplicação entre seus pares. Ninguém melhor do que ele conhece a linguagem, as dificuldades e as preocupações daqueles que vivem a atribulação do dia-a-dia das salas de aula. Com isto, acreditamos que a mudança na prática de ensino sugerida tenha maior possibilidade de vingar e prosperar.

O nosso trabalho vem sendo desenvolvido com os professores de Matemática da rede municipal de ensino. A primeira célula de matemática, produziu um modelo para a aprendizagem de funções quadráticas, o qual já foi repassado para os professores de Matemática das oitavas séries do ensino fundamental das escolas municipais, em 1996, pelos professores da rede, componentes da Célula, e aplicado por um grupo desses professores, no ano de 1997, diante dos resultados da melhoria da aprendizagem dos alunos e da motivação, da melhor avaliação positiva os demais professores das 8ª série da escola municipal já o . Esse modelo foi repassado a 120 professores de matemática da rede estadual de ensino, por solicitação das delegacias metropolitanas de Rio Verde e Quirinópolis e vem sendo aplicado em escolas espalhadas por Goiânia, pois vários professores têm procurado o laboratório para solicitar orientação na sua aplicação.

Concluimos no final de 1996 mais uma proposta para a aprendizagem de mais o conteúdo trabalhado foi números inteiros. Tendo sido elaborado o documento: um modelo lógico para a aprendizagem de números inteiros, envolvendo dois professores de matemática da rede municipal de ensino fundamental e mais dois alunos do curso de licenciatura em Matemática. Os professores da prefeitura como multiplicadores, no mês de fevereiro de 1997, passaram para seus pares, professores da rede municipal de Goiânia da 6ª série a proposta, a qual já está sendo aplicada no ano letivo de 1997.

No momento, 1º semestre de 1997, está em andamento mais uma proposta para a aprendizagem da matemática, o conteúdo escolhido foi o ensino de expressões numéricas, com a mesma estrutura de trabalho.

Esse programa tem sido desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia que coloca seus professores com uma carga-horária de 12 horas, à disposição do projeto, estando já integrado ao programa da própria prefeitura de melhoria do ensino de matemática, uma vez que a metodologia de trabalho do projeto já foi incorporada pela coordenação de ensino de matemática.

Procuramos manter vínculos com outros órgãos ligados ao ensino fundamental e médio como os sindicatos de escolas particulares, procurando aliados em nosso empreendimento da melhoria da aprendizagem da matemática. Estes têm contribuído principalmente na divulgação das atividades do LEMAT entre os professores das escolas particulares.

O vínculo com os professores de matemática do estado tem contado com a ajuda da Delegacia Metropolitana de Educação de Goiânia, que tem divulgado as atividades entre os professores das escolas estaduais de Goiânia e incentivado a participação destes nos cursos de atualização.

Manter um vínculo entre o ex-aluno e atual profissional é bastante salutar, pois surgem na ação pedagógica situações que, embora trabalhadas durante o curso por não terem sido sentidas, muitas vezes passam despercebidas. Mantendo-se o vínculo, propicia-se a oportunidade de serem analisadas e, ao mesmo tempo, podem surgir situações não pensadas pelos professores do curso, trazendo a escola para dentro da universidade, mantém-se os professores universitários mais próximos da realidade da sala de aula das escolas de ensino fundamental e médio, e,

conseqüentemente, contribui-se para que o futuro professor adquira conhecimentos que o auxiliem na superação da rotina que encontrará na escola.

O laboratório de educação permite que a experiência de aprendizagem do professor da rede de ensino fundamental e médio, do futuro professor e do professor universitário, se dê em múltiplos e diversos espaços, possibilitando que estas sejam trocadas em um processo criativo de mútua realimentação, num processo dinâmico de troca de saberes, de transferência mútua, em que um ouve o que o outro tem a dizer, respeitando, esforçando por se entenderem, buscando juntos soluções coletivas.

Não podemos deixar de ressaltar o papel do laboratório na socialização do saber. As prateleiras das universidades estão cheias de monografias, dissertações de mestrado, de teses de doutorado, que constituem um grande esforço intelectual criativo, crítico da comunidade acadêmica, que nada representam, se ali permanecerem adormecidas. É preciso que as palavras saiam dos livros e ganhem vida, que as idéias sejam concretizadas, criticadas, aplaudidas, sejam recriadas. O laboratório de educação é instrumento dessa socialização, por sua própria natureza, pois esse saber é parte de sua matéria prima. O professor, que ali vai em busca de solução para seus problemas educacionais, ao apropriar-se desses saberes tem sempre a possibilidade de recriá-los. Essa socialização permite uma interlocução e, como tal, é fonte de inspiração.

O LEMAT, nestes dois anos de atuação, tem desenvolvido seu trabalho graças ao apoio irrestrito do Departamento de Matemática, atual Instituto de Matemática e Estatística, e da direção do IME, bem como do apoio financeiro do PROEXT/ SESU/MEC, que, embora precário e intermitente, de alguma forma tem contribuído para a implementação do laboratório e o desenvolvimento de algumas das suas atividades. Temos garantida a participação dos alunos nos projetos em desenvolvimento com bolsas de programas como o PROEXT, PROLICEN, SPEC, mas é principalmente devido ao comprometimento de alunos, ex-alunos e professores com a causa da educação que o nosso trabalho tem ido adiante. Muitos alunos e ex-alunos têm contribuído de forma voluntária, sem remuneração.

Como era esperado, o laboratório, neste período, tem sido de fato um coadjuvante na formação do profissional da educação matemática desejada. De alguma forma, vem favorecendo a reflexão “na ação” e “sobre a ação” em direção do pensamento autônomo e reflexivo do professor, seja ele o futuro professor, ou o

professor de ensino fundamental e médio ou o professor universitário, em intensidades diferentes. Pouco a pouco vem cumprindo com o seu papel articulador entre universidade e ensino fundamental e médio e vice-versa.

Através da implantação de novas metodologias de ensino de matemática, já citadas, "Atividades de Aprendizagem de Funções Quadráticas" e "Um Modelo Lógo para aprendizagem de números inteiros", além de estar sendo reformulado o ensino das escolas da rede municipal de ensino que esta implementando essas propostas em suas escolas, também esta contribuindo para a reformulação de ensino da matemática na escola fundamental, por meio da sua divulgação em congressos científicos nacionais e estrangeiros e de ministração de cursos, patrocinados pelo próprio LEMAT ou a convite de secretarias municipais.

Uma de nossas aspirações é que o laboratório torne-se tão familiar à comunidade de profissionais da educação matemática, que estes sintam-se à vontade para buscá-lo e desenvolver trabalhos independentes, que os professores produzam o seu próprio material instrucional.

Não temos a menor dúvida de que suas possibilidades não se esgotam nas ações desencadeadas. Por outro lado, estamos convictos de que a modificação da prática de ensino da sala de aula não irá superar todas as dificuldades de aprendizagem da Matemática. Existem outros aspectos de ordem pedagógica e aspectos de ordem social, educacional, que as determinam e são por elas determinadas. Ações no âmbito pedagógico, se não geram transformações no todo, pelo menos geram um movimento em direção à transformações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GARCIA, Pedro Bejamin. **A crise dos paradigmas e a educação**. S. Paulo Cortez 1994.

VARIZO, Zaíra da Cunha Melo. **História de vida e cotidiano do professor matemática**. Dissertação de Mestrado UFG 1990.

PROJETO A.M.A.R. RELATO DE PARCERIA ENTRE A UNIVERSIDADE E UMA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL⁴

Estelamaris Tronco Monêgo⁵

Ana L. L. Souza⁶

Maria Lúcia R. Santos⁷

RESUMO:

O Projeto Amar é uma bem sucedida experiência de trabalho social envolvendo famílias carentes, em um contexto que foge aos inócuos trabalhos de atenção emergencial às crises sócio-econômicas tão habituais na história política brasileira. Sua origem se situa em um trabalho pastoral que, a partir de 1989 assumiu contornos acadêmicos, ao estabelecer-se uma parceria entre o grupo fundador do projeto e a Universidade Federal de Goiás. Desde então, de forma gradativa, vem-se ampliando a perspectiva de resultados do trabalho: inicialmente visava-se apenas a recuperação nutricional das crianças, hoje já se vislumbra a profissionalização dos adolescentes oriundos do projeto. Ao realizar um trabalho de parceria com entidades capazes de contribuir no todo de sua proposta, a gerência do Projeto Amar busca garantir qualidade e coerência à sua idéia geradora. Assim tem sido com a Universidade Federal de Goiás que, em suas especificidades, vem contribuindo de forma consistente na continuidade e na implantação de atividades que venham reforçar o papel catalisador que este projeto vem tendo em parte da Região Leste da cidade. Este trabalho relata, de forma sucinta, as atividades em desenvolvimento no projeto.

CONTEXTUALIZANDO O PROJETO

Goiânia, capital de um estado eminentemente agropecuário vem, desde a década de 60, vivendo uma intensa expansão demográfica, conseqüente, em grande parte, do êxodo rural. Planejada em sua fundação, a cada de 30, para abrigar um contingente de 50 mil habitantes, conta hoje com 1 milhão de habitantes. Ao longo destes anos surgiram inúmeros bairros que, além de ultrapassar em muito o idealizado pelo plano de urbanização, transfiguram rapidamente a cidade, visto que este crescimento demográfico acontece desvinculado do crescimento econômico que, por sua vez, não favorece a maioria da população.

A pesquisa de orçamentos familiares (IBGE, 1989) evidenciava que das treze capitais estudadas, Goiânia, juntamente com Belém (PA), apresentava o menor consumo alimentar do país, com um gasto de cerca de 20% do orçamento familiar mensal com alimentos. Agregue-se a isto o fato de apresentava um custo de vida acima da média nacional em quase todos os itens pesquisados, excetuando-se o valor individual do alimento, cujo valor era pouco inferior à média nacional.

Configurada neste quadro, delineia-se uma situação de qualidade de vida muito ruim que pode ser rapidamente resumida no seguinte: 18,2% de analfabetos acima de 10 anos; 15,2% de crianças de 7 a 14 anos que não freqüentam a escola; 76,8% de residentes em domicílios sem esgoto e 35,9% sem abastecimento de água adequado. Além disso 26,9% das pessoas que trabalham recebem menos de 1/2 salário mínimo (IBGE, 1992).

Dos trinta e dois milhões de indigentes do país, cerca de 3% estão no Estado de Goiás, ou seja, 930 mil pessoas, o que equivale a 19% da população do estado com o agravante de que cerca de 50% dessas pessoas se concentrarem na zona urbana (IPEA, 1990).

A Região Leste da cidade, onde se situa o projeto, é constituída por cerca de 20.000 pessoas (5000 famílias) carentes, com escassez de serviços públicos que se resumem a quatro creches, um centro comunitário, dois centros de Atenção Integral à Saúde - CAIS (Jardim Novo Mundo e Parque das Amendoeiras) e nove escolas municipais.

O Jardim D. Fernando II é, um assentamento popular promovido pelo governo em 1987, com cerca de 300 famílias que inicialmente viviam em barracas de lona e hoje possuem casas prontas ou inacabadas. Sua população é composta, na

sua grande maioria, de trabalhadores sub-empregados, tais como: diaristas, vigias, domésticas, pedreiros ou então desempregados. É neste bairro que se encontra o Projeto Amar, instituição filantrópica de caráter religioso, ligada a uma organização não governamental denominada Mocidade Para Cristo.

Dentre os objetivos do Projeto Amar destacam-se o atendimento à criança, adolescentes e famílias de baixo poder aquisitivo com a finalidade de impedir sua inserção no processo de degradação pessoal e social. Para atingir estes objetivos, tem com método de trabalho um processo pedagógico com a participação da comunidade que visa possibilitar uma melhoria na qualidade de vida da população atendida e, num âmbito maior, construir junto com a comunidade sua verdadeira cidadania.

No momento, está em atividade junto à área do projeto, uma creche que atende a 120 crianças do grupo etário estabelecido, considerando os aspectos de escolarização, saúde, nutrição e vida cristã. As crianças até seis anos lá permanecem em tempo integral recebendo suplementação alimentar em 100% e atendimento em saúde eventual. Para crianças de sete a quatorze anos é dada uma suplementação alimentar parcial e estudo dirigido no turno oposto ao da sua freqüência à escola. Para este grupo de crianças e adolescentes ainda existem oficinas de profissionalização de picolé, geladina e silkscreen em camisetas. Para as mães, são oferecidos cursos para gestantes com doação de enxovais; cursos de artesanato e corte e costura.

ACERCA DO PROJETO

O Projeto Amar está situado no Jardim D. Fernando II, rua 212, qd. 32, lt. 46, na Região Leste de Goiânia, às proximidades do Jardim Novo Mundo, Vila Concórdia, Jardim Conquista e Jardim das Aroeiras.

O Jardim D. Fernando II é servido de luz elétrica e água encanada; as ruas são asfaltadas; possui Centro Comunitário, Projeto Cidadão 2000 e a Associação de Bairro. O único posto de saúde em funcionamento na região é o Cais Parque das Amendoeiras.

O projeto atende à população principalmente com a creche mantida por entidades filantrópicas, pela Fundação de Assistência ao estudante (FAE) e por doações informais do CEASA. Se beneficiam do Projeto crianças de 6 meses a

seis anos, em regime de semi-internato na salas de berçário, maternal, jardim e pré-escola. As crianças de 7 a 14 anos recebem reforço escolar em apenas um período do dia em uma casa próxima à creche. Este reforço escolar é um trabalho de apoio às crianças remanescentes do projeto que agora freqüentam a escola do bairro.

A manutenção do trabalho se dá via diferentes parcerias, cujo objetivo é a garantia de sua continuidade:

- Cabe à Fundação de Assistência ao Estudante/FAE, fornecer uma cota de alimentos mensal, capaz de suprir parte das necessidades de gêneros alimentícios necessárias ao projeto. O restante é adquirido com verbas próprias, ou então através de doações esporádicas de simpatizantes do Projeto. O cadastro junto às Centrais de Abastecimento - CEASA/GO, garante a coleta semanal de verduras e frutas, que também contribuem na satisfação das necessidades alimentares das crianças beneficiárias do Projeto.
- A Universidade Federal de Goiás mantém no local estagiários dos cursos de graduação em Enfermagem e em Nutrição, e, com eles, desenvolve atividades educativas e assistenciais junto às crianças, mães, monitoras e merendeiras. O trabalho dos acadêmicos permite avaliar continuamente o Projeto, sua eficácia na recuperação de desnutridos e o andamento de sua atividades. No momento, estuda-se a viabilização da participação dos acadêmicos de Medicina e de Odontologia em atividades do projeto.
- De forma voluntária, atuam no Projeto um médico pediatra, duas odontólogas e uma nutricionista. O trabalho de todos visa a prevenção dos agravos, o tratamento específico de problemas de saúde e o eventual acompanhamento das crianças para atendimento especializado, extensivos aos familiares das crianças atendidas por estes profissionais.
- A Primeira Igreja Presbiteriana de Goiânia e a Igreja Presbiteriana Maranatha desenvolvem várias atividades de assistência no local, contribuindo com cestas básicas, enxovais e festividades diversas.
- O Programa do Leite (programa de suplementação alimentar vinculado à Secretaria de Saúde de Goiânia) se faz presente no projeto, levando o benefício àquela região, tendo em vista as atividades de recuperação nutricional que lá ocorrem.

A compromiso y misión, Organización não Governamental da Espanha contribui com o projeto na área de apadrinhamento de crianças.

Os funcionários recebem treinamento periodicamente em aspectos relacionados ao cotidiano da creche: preparo e higiene dos alimentos, alimentos alternativos, higiene das crianças e do ambiente, cuja responsabilidade cabe aos acadêmicos da UFG.

As doenças mais comuns no Projeto são a desnutrição, anemia, verminose, escabiose (sarna), pediculose (piolho), otite, infecções respiratórias agudas e cárie dental.

A avaliação nutricional das crianças, feita bimensalmente através da coleta de dados antropométricos referendados pelo padrão de referência do National Center of Health Statistics (NCHS), mostra a situação nutricional das crianças. Observa-se ao longo dos anos de acompanhamento, que ocorre uma curva descendente de desnutridos quando compara-se a avaliação inicial com a do final do ano.

TABELA1

Na comunidade do D.Fernando II, como em grande parte do nosso país, as famílias são compostas por pessoas que deixam o meio rural cheias de expectativas otimistas com relação àquilo que o centro urbano pode lhes oferecer. Porém a realidade é outra, desestruturando-as econômica, cultural e psicologicamente. Seus filhos, quando possível, freqüentam escolas cujos conteúdos estão dissociados da realidade doméstica, eclodindo então as desigualdades no âmbito familiar. Nesta perspectiva a criança busca outros referenciais e outros modelos de identificação, como a televisão, o colega e finalmente a rua.

É neste contexto que está inserido o Projeto Amar, que no decorrer destes anos de funcionamento, tem alcançado resultados satisfatórios dentro de seus limites econômicos e físicos, numa perspectiva de aprofundamento da problemática familiar capaz de levar a uma prática realmente modificadora, nascida da criação de espaços de reflexão, onde a comunidade não apenas participa mas é a personificação dessas mudanças. Em geral, este tipo de instituição tende a ser percebido pela população como autônomo, do qual se esperam apenas ações caridosas ou medidas repressivas, sem levar em conta o exercício de sua cidadania.

Sabe-se que essa prática consciente da cidadania está vinculada estreitamente às experiências históricas individuais e familiares que propiciam o desenvolvimento pleno, ou seja, que permitem ao indivíduo o processo de separação e individuação, a partir de vínculos precoces satisfatórios, estáveis e seguros. Conclui-se, portanto, que é da família o papel de introduzir e apresentar a criança à comunidade, sendo que à medida que essa é desintegrada por problemas econômicos e sociais, não se oferece condições imprescindíveis para que o indivíduo alcance uma vida social consciente e sadia. Não se pode navegar muito longe sem a certeza de um ponto seguro que lhe espere.

O trabalho proposto busca priorizar a integralização da família como modo de prevenção a futuros problemas e também como meio de resolução a longo prazo de questões atuais como por exemplo as crianças de rua. A prioridade são as famílias das crianças que já são atendidas pelo Projeto Amar, estendendo-se às demais demandas da área de abrangência do projeto.

1. Oficina de Circo

Resgatando a constatação de que as famílias oriundas do meio rural sofrem uma série de inaptações psicossociais, na maioria das vezes concomitante a uma desestruturação econômica, é possível compreender a razão do processo de marginalização urbana.

Os filhos dessas famílias marginalizadas vão para as ruas do centro da cidade em busca de trabalho para ajudar no orçamento doméstico, à procura de um novo universo ou a fim de matar a fome. Alguns conseguem inserir-se no mercado dos subempregos, mas a maioria vive como pedinte, envolvendo-se em situações de risco em meio à violência urbana. Uma parte desses meninos perde o vínculo familiar passando a morar nas ruas; outros voltam para casa para dormir e levar alguma ajuda financeira.

Na rua eles têm realmente um mundo novo, cheio de símbolos e códigos que fazem parte de uma lei criada e respeitada por eles, uma dinâmica própria - linguagem, horários, relações, e muita perda, humilhação, sofrimento.

Percebe-se ao longo desses anos na história institucional do Estado, que várias experiências frustradas e de graves conseqüências foram feitas de forma repressora sem levar em conta o processo educativo de construção da cidadania

desses meninos. Outras experiências não tão repressoras mas metodologicamente autoritárias cuja tentativa é impor uma forma de trabalho desconsiderando o desejo e a necessidade do grupo, se frustraram porque se orientaram numa perspectiva de resgate e não de construção. Como resgatar então, uma cidadania que não foi construída?

Através de um projeto pedagógico alternativo visando a (re)construção do saber na alfabetização (se necessário) e especialmente na construção da cidadania. É alternativo porque se propõe a não reproduzir na relação educador-meninos, as relações de poder existentes na nossa sociedade, porque não acontecerá limitado ao espaço institucional num primeiro momento mas sim na rua junto às crianças e só sairá dela quando manifestado o desejo na criança usando o circo como estratégia de aprendizagem e profissionalização.

A escolha do circo se dá porque nele se trabalham quase todas as facetas artísticas - música, dança, teatro, artes-plásticas, de forma atraente e fascinante. A arte envolve as pessoas, torna os momentos em que se encontra com ela verdadeiros tesouros psico-pedagógicos, pois nesses momentos externam intensamente suas emoções. E com seriedade e competência podem ser estabelecidos vínculos que irão permitir um real e importante processo pedagógico.

Esta oficina tem como objetivos (1) trabalhar com meninos de forma integral, buscando sua valorização como ser inteligente; (2) auxiliar na percepção da criança de sua história dentro da totalidade social e na compreensão de sua posição de agente de transformação da realidade, auxiliando-o a construir sua cidadania; (3) alfabetizar (se necessário); (4) provocar motivações de retorno ao lar ou a instituições especializadas; (5) incentivar o desenvolvimento de aptidões e talentos proporcionando o acesso à escolaridade e a profissionalização.

2. Atendimento Psicológico

A psicologia, no seu papel de ciência, tem como finalidade última a busca do desenvolvimento de melhores condições de vida para o homem. Como tal, ela esteve por muitos anos restrita a uma camada mais privilegiada da população, em seus laboratórios e consultórios particulares, alienados da realidade social e psíquica da maioria da população.

Hoje, entretanto, sabe-se que essa ciência tem buscado novos rumos, espalhando-se pelo mundo afora e alcançando a comunidade em suas diversas facetas.

O psicólogo então sai da sua sala fechada e parte para o trabalho de grupos nos bairros, nos hospitais e nas empresas.

O conceito de saúde pública se amplia e atinge a percepção do não-aparente, a ferida purulenta que choca aos olhos e que é tratada pelo médico, passa a ser vista também no que leigamente poderíamos chamar de alma. São as vítimas de violências que não se curam com curativos: é a família desagregada, o filho nas ruas, o estupro, a bebida, as drogas e muito mais.

Um projeto de atendimento psicológico, portanto, tem por finalidade a atuação curativa e principalmente preventiva desses distúrbios, através do atendimento em grupo aos pais, aos adolescentes e as grávidas, além do atendimento individual em caso de extrema necessidade.

2.1 Grupo de Pais

Geralmente nesse meio, as crianças se vêem frente a uma contradição impossível, descrita por Nolina: “se fazer o que eu te peço (estudar) prova que és obediente e que tu nos amas, mas fazendo-o, tu te tornas diferente de nós, tu nos rejeitas. Tu não nos amas. Mas também se não fazes o que pedimos (estudar) e ter bom comportamento, tu provas que não nos amas, mas, fazendo-o, tu continuas sendo como nós, tu és um de nós, não nos rejeitas, tu nos amas”.

Sendo assim, ela busca outros referenciais, e outros modelos de identificação: a televisão, o colega e finalmente a rua.

O que se pretende portanto com a formação do grupo de pais é o fortalecimento egóico dessas pessoas, num processo de reconstrução do saber a fim de restituir-lhes o papel de pais, prevenindo assim a quebra da relação de autoridade e respeito com seus filhos.

Além disso, o grupo possibilitará a diminuição das ansiedades e angústias pessoais que muitas vezes são indiscriminadamente despejadas na criança. Muitos já teorizaram que a criança invariavelmente representa o sintoma dos pais.

2.2 Grupo de crianças beneficiários do projeto

Cuja demanda virá por observação nas salas e por informação das monitoras que acompanham as crianças.

2.3 Atendimento a outras demandas de beneficiários do projeto

Como adolescentes, gestantes, monitores, ou quaisquer outros ligados ao projeto e cuja avaliação mostrar a necessidade do acompanhamento.

3. Atenção aos Adolescentes

A adolescência é um fenômeno cultural que acontece na nossa sociedade como forma da adaptação às mudanças psíquicas e somáticas ocorridas na puberdade.

Essa fase do indivíduo é fundamental não só para o desenvolvimento de sua personalidade como também para o aperfeiçoamento da sociedade em que ele vive. Segundo Piaget, há o surgimento da capacidade de raciocinar sobre o raciocínio, levando o adolescente a descoberta das possibilidades de formular hipóteses, especular, abstrair, analisar e criticar a respeito de si mesmo e também do mundo que o cerca.

Logicamente essa passagem de criança intelectualmente passiva para adolescente essencialmente questionador é motivo de muitos conflitos sociais e familiares. Há um desligamento natural do núcleo familiar, e um processo de escolhas onde ele definirá seus próprios padrões de vida gerando o famoso “conflito de gerações”.

Além disso, o adolescente se vê frente a mudanças corporais bastante complexas, pois esse é o período de vida em que o indivíduo se torna apto para a procriação, isto é, adquire a capacidade física de exercer a função sexual madura. Há logicamente, então, um recrudescimento da sexualidade que, na maioria dos casos, não encontra seu equivalente em relação à maturidade mental e as responsabilidades necessárias para uma vida sexual ativa.

Sabemos do alto índice de gravidez na adolescência e também do perigo das doenças sexualmente transmissíveis, especialmente a AIDS.

O grupo de adolescentes portanto será terapêutico e também orientativo, na tentativa de servir de apoio para que essas mudanças possam ocorrer de forma mais tranquila e responsável, prevenindo depressões leves, profundas e até suicídios conscientes ou inconscientes, fenômenos muito comum nessa faixa etária.

4. Atendimento às Gestantes

A gravidez, segundo Maldonado, representa as possibilidades de atingir novos níveis de integração, amadurecimento e expansão da personalidade ou de adotar uma solução patológica que predominará na relação com a criança.

O atendimento às gestantes portanto tem objetivo profilático, visando auxiliar a mulher durante esse período tão importante, facilitando principalmente o vínculo mãe-bebê na tentativa de prevenir problemas tais como a psicose pós-parto, a psicose infantil, e sintomas posteriores tanto da mãe quanto do bebê.

Alem disso, esse grupo também terá um caráter orientador, proporcionando a essas mulheres informações a respeito do seu próprio corpo, formas de parto com suas vantagens e desvantagens, cuidados necessários com o bebê e ainda a prática de exercícios respiratórios que facilitarão o parto normal, bem como métodos contraceptivos e prevenção a doenças sexualmente transmissíveis.

Isso permitirá à mulher um maior controle de sua própria vida e a diminuição das ansiedades relativas a hora do parto e também à chegada do novo bebê.

5. Treinamento para Serviços Domésticos

As mulheres do bairro D. Fernando II, quando estão empregadas, na sua maioria trabalham em serviços domésticos. Tem-se percebido um certo despreparo dessas mulheres para desenvolver bem os serviços para os quais são contratadas geralmente por famílias no centro e em áreas nobres da cidade, devido a descontinuidade que acontece entre sua comunidade e o ambiente de trabalho, visto que, a comida que prepara para sua família não é a mesma, os utensílios e eletrodomésticos são desconhecidos, o contexto sanitário não é igual e uma série de diferenças dificultam seu trabalho.

Também percebe-se uma dificuldade das mulheres da comunidade na relação patrão-empregado, ou seja, não conhecem bem seus direitos nem seus deveres gerando uma insatisfação dos dois lados.

E como fator fundamental nessa situação está o fato de a maioria delas não terem tido acesso à escolarização, o que vem agravar significativamente o quadro.

O que propomos através desse curso é construir junto com essas mulheres, a possibilidade de não apenas decifrar códigos e símbolos de língua portuguesa,

mas auxiliá-las num processo de aprendizado de leitura dentro da sua realidade, para que o conhecimento da escrita lhes permita, além de melhorar a qualificação para o trabalho, uma leitura crítica do contexto em que estão inseridas.

O curso também lhes proporciona aulas de culinária, higiene, atendimento, organização e informações a respeito de direitos e deveres que têm como cidadãs e especialmente como profissionais.

Enfim, através desses momentos, buscaremos uma valorização da mulher enquanto trabalhadora e da profissão de serviço doméstico visando uma melhoria da qualidade de vida da comunidade.

6. Cursos de Profissionalização: Confecção e Silkscreen

O objetivo destas atividades é o treinamento de adultos e adolescentes nos ofícios propostos, como forma de colocação futura no mercado de trabalho, através de convênios com entidades e/ou instituições públicas ou particulares. Além disto, a produção dos cursos poderá ser revertida em dinheiro, pela venda em bazares beneficentes realizados no próprio bairro.

A proposta inclui a ampliação da oficina de camisetas e silk screen, o trabalho em confecção de camisetas para empresas do ramo (facção) e o treinamento em corte e costura.

A médio prazo, objetiva-se criar uma micro-empresa na área de produção de artigos de malha de algodão, como por exemplo uma camiseteria. A finalidade deste procedimento é garantir a auto-sustentação da atividade.

7. Atividade Pedagógica

O trabalho até então desenvolvido em creches, visa atender às mães das crianças no que se refere à necessidade de um abrigo supervisionado por adultos enquanto esta trabalha, ou para preencher o tempo da criança que ali se encontra com o intuito de diminuir o trabalho das funcionárias, ou seja, o tempo que a criança passa na creche é voltado para a mãe ou para as funcionárias.

Esta visão se difere totalmente da nossa, onde nos deparamos com a necessidade de centralizarmos nossas ações na criança. Não queremos com isto dificultar o trabalho das funcionárias, nem problematizar para as mães o acesso à creche,

ao contrário, ao nos centrarmos na criança, tanto o trabalho das funcionárias quanto a satisfação e confiança das mães aumentarão em relação à creche.

Pensamos na criança como um ser global e interativo e assim sendo, nossa preocupação se volta para o desenvolvimento psíquico, emocional, físico, cognitivo e social da criança inserida em seu contexto, ou melhor, é a criança inserida em uma realidade específica (sua). Se faz necessário esclarecer que a deixamos a par que ela é uma (entre várias) criança inserida na realidade maior. Queremos portanto, promover um trabalho que desenvolva a autoconfiança, a criticidade e a criatividade da criança, valorizando o coletivo na sua socialização.

Isto significa que a criança deve encontrar neste espaço educativo um lugar alegre e saudável, onde ela possa, na convivência com outras crianças e com outros adultos, ir se descobrindo como pessoa e cidadã.

Esta descoberta se dá principalmente na idade pré-escolar, o que torna este momento decisivo para a ação pedagógica, assim, sendo, a educação infantil nesta creche vem tentar contribuir para que cada criança desenvolva no sentido de ler criticamente a realidade e formular soluções para os problemas com os quais se deparará (isto numa forma privilegiada de brincadeiras). O conteúdo programático selecionado tem como referencial a realidade e os conhecimentos da criança e vem atuar com o intuito de ampliá-los organizando-os através de um trabalho planejado. Este programa vai se construindo na prática educativa impulsionada pela ação das crianças na busca de significação do mundo, em atividades com sentido real e desafiador que sejam, simultaneamente significativas e prazerosas, incentivando sempre a descoberta, a criatividade e a criticidade.

As bases para esta proposta que pretende um trabalho democrático e transformador e que conseqüentemente assegura à criança o desenvolvimento pleno e o acesso ao conhecimento da cidadania se faz através do fazer e refazer da prática, análise crítica do cotidiano, da observação dos avanços científicos e do contexto sócio cultural das crianças.

7.1 Alfabetização de adultos

Aos trabalharmos com a profissionalização das empregadas domésticas, atuaremos também no sentido de alfabetizá-las, pois, a grande maioria destas são analfabetas ou sabem no máximo assinar o nome.

7.2 Pré-Escola

O trabalho desenvolvido com as crianças da creche que ficam em período integral deverá seguir o currículo pré-escolar da prefeitura, mas de forma “não obrigatória”, preparando as mesmas para a alfabetização quando forem para a escola posteriormente.

7.3 Reforço Escolar

Esta sala vem atender às crianças que estudam um período, sendo que no outro receberão atendimento de um profissional para acompanhá-la com as tarefas que foram mandadas pela escola no dia anterior, bem como trabalhar suas dificuldades.

7.4 Treinamentos continuados bimestrais de reciclagem

Elaboração de curso de capacitação ante a necessidade detectada pela pedagoga aplicando-o através de cursos. Apesar de estarem em grupos diversificados o trabalho deve ser feito em conjunto, bem como sua avaliação e modificações caso haja necessidade.

8. Atendimento Odontológico

A criança beneficiária do Projeto AMAR é de baixo nível econômico, tendo como produto a não atenção de necessidades emergentes, como por exemplo, a saúde bucal.

A proposta inclui o atendimento das crianças internas na creche de 6 meses a 6 anos, crianças acima de 6 anos que estejam ligadas ao Projeto Amar, bem como seus familiares. Para o atendimento da Comunidade será cobrada uma pequena taxa, que cubra o custo do material utilizado, não visando lucro. A tabela utilizada será a tabela da ABO (Associação Brasileira de Odontologia) com 60% de desconto.

A realização deste trabalho se faz necessário devido a grande procura e necessidade desta comunidade. Devido ao baixo nível econômico e a falta de con-

dições de manter um bom padrão dentário, seja devido à falta de manutenção, seja pela deficiente higiene, a incidência de cárie é muito elevada.

A abordagem deste problema deverá ser feita de forma a proporcionar informação, cuja ênfase será a prevenção, através de palestras educativas. Há a necessidade de se conscientizar as pessoas quanto a importância de se ter uma boa saúde bucal, uma vez que esta influenciará em toda a sua saúde geral. A outra forma será através da intervenção no problema dentário manifesto.

As técnicas de trabalho envolverão a odontologia preventiva (realizada com as crianças da creche), sob forma de palestras, higienização, flúor, selantes e profilaxias e a odontologia curativa (realizado com as crianças da creche e a comunidade da área de abrangência), sob forma de restaurações, exodontias e pulpotomias.

9. Atendimento médico

9.1. Atendimento em Pediatria

A assistência pediátrica beneficiará as crianças pré-escolares 1 vez ao mês para acompanhamento e receberão tratamento na própria creche. Quando necessário, a criança será encaminhada ao Centro de Saúde da área de abrangência. As crianças do reforço escolar serão examinadas uma vez ao semestre, ou quando se fizer necessário.

9.2 Adultos

Exame médico anual de caráter preventivo englobando papanicolau; dosagens bioquímicas de colesterol total e frações, glicemia de jejum, triglicérides e ácido úrico; avaliação clínica e do estado nutricional

10. Atenção Nutricional

O atendimento de nutrição visa atingir 3 grupos do projeto: as crianças, a merendeira e os pais das crianças do projeto. As crianças serão acompanhadas pela avaliação da evolução do estado nutricional, e pelas atividades de educação

em saúde nas salas. A merendeira é sistematicamente treinada em procedimentos e técnicas de pré-preparo, preparo e armazenamento de alimentos. Os pais são atendidos através de visitas domiciliares e em reuniões mensais, cuja temática são os problemas de saúde mais prevalentes na creche naquele período.

Cabe ainda à nutrição, a elaboração da lista de compras e o cálculo do cardápio semanal da creche, que obedece os seguintes critérios: 1.300 Kcal e 3,0 g Prot / Kg /dia (FAO,1985).

11. Atendimento de Enfermagem

O objetivo geral do atendimento de enfermagem é atuar na prevenção primária, cujos objetivos específicos podem ser listados da seguinte maneira:

- Promover a saúde de crianças matriculadas no Projeto Amar.
- Possibilitar a existência de campo de estágio em saúde pública para acadêmicos de enfermagem.
- Incentivar a formação em saúde pública do profissional de enfermagem.
- Auxiliar na organização das atividades no Projeto Amar.
- Manter avaliação periódica de toda a população do Projeto Amar.

Para isto, as atividades propostas envolvem (1) levantamento, junto com estagiário da Nutrição, quanto ao estado de crescimento e desenvolvimento das crianças, considerando os critérios já padronizados pelo MS. Fazer distribuição gráfica que possibilite a visualização e identificação das crianças por grupos; (2) levantamento do estado vacinal das crianças, através do cartão de vacinas. Discutir com a coordenação a melhor forma de conseguir os cartões (visita domiciliar, reunião com as mães, etc). Calcular a taxa de cobertura vacinal das crianças e identificar os casos-problema, resolvendo-os; (3) promover treinamento das monitoras quanto à higienização corporal, ataque aos piolhos, primeiros socorros, prevenção de acidentes, outros temas sugeridos pela coordenação; (4) produzir material educativo adequado a cada faixa etária, que possibilite trabalhar temas como: verminose, alimentação, exercícios, etc; (5) apresentar relatório trimestral sobre o Crescimento e Desenvolvimento e estado vacinal das crianças; (6) fazer visita domiciliar sempre que necessário para: criança doente, criança faltosa, criança des-

nutrida, maus tratos, etc; (7) manter ficha individual da criança atualizada; (8) apresentar relatório semestral sobre as atividades executadas e avaliação.

12. Terapias Alternativas no Setor D. Fernando e Adjacências

A utilização das plantas medicinais é uma prática generalizada na Medicina Popular. É o resultado do acúmulo secular de conhecimentos empíricos sobre a ação dos vegetais por diversos grupos étnicos. Observações realizadas até agora permitem supor que todas as formações culturais fazem uso das plantas como recurso medicinal.

A Medicina Natural é um caminho terapêutico segundo o qual o homem, seu organismo e a natureza são indissociáveis e fazem parte de um todo. O tratamento se faz com o reequilíbrio ou a harmonização do ser humano com o meio ambiente. (BONTEMPO, 1985).

São ramos terapêuticos da Medicina Natural: Alimentação orgânica e dialética, Acupuntura, Shiatsu, Moxabustão, Do-In, Fitoterapia, Homeopatia, Medicina Transcendental, Terapia Bioenergética, Fisioterapia Moderna, Tratamentos especiais, Musicoterapia e Cromoterapia. Diante deste leque de áreas que podem ser estudadas dentro da Medicina Natural, enfocaremos com maiores detalhes a Fitoterapia.

Segundo Márcio Bontempo (1980), a Fitoterapia é um método de tratamento feito através de ervas especiais (...), Constituindo-se no mais antigo método da Medicina Natural que se conhece, pois o homem sempre fez uso das ervas na tentativa de curar os seus mais diversos males. No Brasil, as contribuições trazidas pelos escravos e imigrantes, representaram papel importante para o surgimento de uma Medicina Popular, rica e original, na qual a utilização de plantas medicinais, ocupa lugar de destaque. Tudo indica que elas são utilizadas intensamente no meio urbano, como forma alternativa ou complementar aos medicamentos da medicina oficial.

Nos últimos anos, alguns fatores tem contribuído para o aumento da utilização de tais recursos, mesmo em camadas sociais que até então não os empregavam, salientando-se a crise econômica, o aumento dos custos dos medicamentos industrializados, o difícil acesso à assistência médica e farmacêutica, bem como a crescente tendência dos consumidores em preferir produtos de origem natural.

Estes fatos evidenciam a importância do conhecimento sobre as práticas alternativas (medicação e alimentação), já que elas estão inseridas num contexto sócio econômico e cultural. Através de estudos comparativos destas práticas e o que existe publicado na literatura, nos permitirá avaliar e confirmar a sua validade e eficácia, traçando posteriormente, planos de ação.

Com este projeto pretendemos (1) conhecer as práticas alternativas em uso, nas imediações do Projeto AMAR (Dom Fernando, Aroeira, Concórdia, Vila Matilde, Vila Pedroso, Jardim Conquista...) pela população residente; (2) conhecer as práticas alternativas de outros seguimentos da sociedade, não pertencentes àquela região; (3) fazer um catálogo de todas as plantas medicinais existentes na área; (4) incrementar a horta comunitária, na produção de ervas medicinais; (5) conhecer e aplicar técnicas adequadas no plantio e manejo das plantas medicinais; (6) proporcionar estágio curricular aos acadêmicos de Enfermagem e Nutrição da UFG; (7) produzir material didático para divulgação; (8) divulgar os resultados em três níveis: evento científico, população pesquisada, outros grupos interessados no assunto.

Na primeira fase do projeto, em 1996, ocorreu a coleta de informações nas imediações do Projeto AMAR, englobando as áreas dos Jardins D. Fernando I e II. Agregada a esta atividade estabeleceu-se um processo de interação com o Centro Comunitário da região, onde se localiza uma horta comunitária criada pela Igreja Católica, cuja vinculação institucional se dá via MOPS (Movimento Popular de Saúde). Na horta, quatro mulheres que participam do MOPS, trabalham produzindo alguns medicamentos que são vendidos a preços acessíveis à comunidade, e o dinheiro proveniente das vendas é empregado na compra de materiais utilizados na confecção dos remédios caseiros. A horta comunitária é ainda muito pequena não dispondo de outros recursos, além do trabalho filantrópico dessas mulheres. No entanto, apesar de pouco desenvolvida, ela possui cerca de cinquenta espécies diferentes de plantas das quais algumas ainda não são utilizadas por falta de conhecimentos sobre a sua ação medicinal.

As entrevistas domiciliares nos Jardins D. Fernando I e II, foram feitas, na grande maioria com as mulheres. Ao todo foram preenchidos questionários em 132 residências, sendo 42 no Jardim D. Fernando I e 90 no Jardim D. Fernando II. Além destas residências, algumas mulheres que trabalham na horta comunitária, também foram entrevistadas.

Em todas as entrevistas realizadas os procedimentos empregados incluíam a coleta de dados sobre as plantas medicinais utilizadas, tecnologia caseira a que eram submetidas e indicações de uso; coleta de dados sobre os tipos de alimentos alternativos utilizados e as formas de preparo dos mesmos e ainda uma investigação dos motivos que levavam os entrevistados a utilizarem as práticas alternativas e o meio através do qual adquiriram estas informações.

As informações obtidas nos permitiram concluir que:

- As mulheres são as detentoras do saber sobre o uso das práticas alternativas (medicação e alimentação), principalmente as de idade mais avançada. Os homens, por outro lado, pouco dispunham de conhecimentos sobre o assunto.
- As condições sócio-econômicas e culturais eram fatores determinantes na utilização de tais práticas, as quais constituíam uma alternativa na solução de alguns dos problemas vividos pela população da região. Isto pôde ser observado através de alguns relatos como o que se segue:
"As pessoas pobres têm que arranjar um meio de sobreviver. Tenho fé com as plantas e acredito muito nelas." (D.G.S., 54 anos)
- A grande maioria das pessoas era originária de outros estados do país, principalmente da Bahia, Ceará, Paraíba e Minas Gerais. Raramente eram encontradas pessoas do estado de Goiás. Elas eram predominantemente de fazendas e do interior desses estados.
- O quintal de 90% das residências visitadas continha algum tipo de planta medicinal disponível para qualquer eventualidade.
- Havia um crescente interesse acerca da utilização da alimentação alternativa. Acredita-se que isto se deva ao trabalho educativo e assistencial prestado pela equipe do Projeto AMAR, já que nas suas imediações a população era mais esclarecida a respeito dos cuidados com a alimentação e saúde.

Os recursos alimentares alternativos mais utilizados foram:

- 1º - Pó da casca do ovo;
- 2º - Broto de abóbora refogado (cambuquira);

- 3º - Pó da folha de mandioca;
- 4º - Casca frita da batata inglesa;
- 5º - Folha da beterraba (crua na salada ou refogada)

As plantas medicinais utilizadas com maior frequência foram:

- 1º - Hortelã (gordo e miúdo);
- 2º - Erva cidreira (capim e folha);
- 3º - Poejo;
- 4º - Mastruz (erva de Santa Maria);
- 5º - Boldo;
- 6º - Sabugueiro.

- As ervas medicinais eram sempre empregadas para tratamento de doenças corriqueiras como: gripe, resfriado, bronquite, verminoses, menstruação desregulada ou diarreias, dentre outras.
- As informações acerca da utilização das práticas alternativas pelas pessoas visitadas eram provenientes de conhecimentos empíricos de vizinhos, amigos, conhecidos e pessoas mais idosas (sogra, mãe, avó...). Algumas vezes estas informações tinham origem de conselhos médicos ou de qualquer meio de comunicação.
- Os homens que foram entrevistados na sua maioria, como dito acima, não possuíam muitas informações sobre o assunto. Da minoria restante, alguns eram raizeiros.

O projeto vem tendo continuidade com a identificação científica e levantamento bibliográfico das plantas medicinais (catálogo); coleta de mudas e sementes; conhecimento e aplicação de técnicas no plantio e manejo das plantas medicinais, bem como o procedimento adequado para produção de remédios; produção de material informativo; confecção de um acervo bibliográfico sobre o assunto.

As demais fases do projeto prevêem a continuidade da coleta de informações sobre a utilização de terapias alternativas na região adjacente ao D. Fernando (Vila Concórdia, Vila Matilde, Jardim Conquista e Jardim das Aroeiras); catalogação das plantas medicinais de forma que permita a divulgação dos tipos de plantas

e sua utilização; incremento da horta comunitária; confecção de material educativo, com o objetivo de socializar os resultados do projeto e continuidade da coleta de dados a fim de verificar se o trabalho prestou algum auxílio à comunidade.

PROPOSIÇÕES PARA A CONTINUIDADE DO PROJETO

A Universidade, como componente indispensável na transformação da sociedade, tem estado alienada do processo social em curso, fechada em seus muros e auto-limitada em seu saber. Ela desconhece seu papel social, a tal ponto que não tem clareza das distinções entre **estágios, internatos ou extensão**. Buscar mudar este quadro passa necessariamente por uma transformação radical, que envolva de forma integral a gerência, os docentes e os discentes da Universidade em um projeto social amplo, pensado e executado de forma conjunta com a comunidade.

Este caminho passa, sem dúvida, pela abertura da Universidade à vivência do meio que a circunda, fato na maioria das vezes, temido por docentes e discentes. A academia deve ter a coragem de sair de seu espaço controlado e protetor, e se propor a viver a realidade concreta com todos os seus desafios e questionamentos.

Vivenciamos a falência do sistema sanitário brasileiro. A saúde da população está precária, e o país à beira do caos social. É mister que a Universidade participe da discussão sobre os rumos a tomar. E, mais do que isto, é preciso que assuma seu papel de vanguarda, passando a ser *sujeito* determinante desta história.

A formação social do profissional, não só da saúde, é um processo histórico determinado socialmente. Acreditamos que a universidade pode ser um agente formador e transformador da realidade social, uma vez que, como uma das instâncias de formação do indivíduo adota princípios educativos que podem nortear para a reprodução ou para a revolução do meio onde está o indivíduo. Em países avançados a academia tem assumido basicamente quatro funções: centro de educação, formação e pesquisa, órgão executor da política científica estatal, centro de formação profissional e como instituição social.

Nesta perspectiva, uma alternativa é a *interação docente-assistencial*⁹, aqui entendida como uma relação recíproca, onde todos pensam e todos fazem. A sua característica básica é a coerência, com postura única diante dos fatos - sem ignorar as possíveis contradições; a co-propriedade, onde o papel de cada um é garantido no nível individual (enquanto profissional) e no coletivo (enquanto equipe).

Neste contexto, é importante se ter claro qual a nossa postura com relação à visão de mundo e de homem que se tem na interação propomos entre ensino e serviço. A interação não é troca de papéis: o professor não deve substituir o técnico e vice-versa. É um caminhar em busca de um objetivo comum, onde ensino e serviço interagem de forma a ampliar a competência de ambos. (BARRETO, 1992).

A prática de interação docente-assistencial é produto de uma mudança de atitudes, de uma nova visão de mundo do processo em seu todo. Busca-se com isto incentivar a produção de massa crítica, dinamizar o saber e produzir pesquisa. Porém, esta é uma atitude desafiadora, que coloca em confronto o saber tradicional da academia, por parte de alunos e professores, e o fazer cotidiano dos grupos sociais, calcado nas suas necessidades e aspirações diárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TABELA 1 - PERCENTUAL COMPARATIVO DOS DESNUTRIDOS, AMBOS OS SEXOS, ZERO A SEIS ANOS, BENEFICIÁRIOS DO PROJETO AMAR. GOIÂNIA, 1995 e 1996

Estado Nutricional***	1995		1996	
	Início*	Final**	Início*	Final**
Obeso	-	-	-	2
Eutrófico	62	81	88	86
Desnutrição pregressa	16	9	-	2
Desnutrição aguda	16	2	2	-
Desnutrição crônica	6	8	10	10
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0

* Início: avaliação realizada em março

** Final: avaliação realizada em novembro

*** **Eutrófico** = peso normal; **desnutrição pregressa** = aquela que já ocorreu e foi superada, deixando como seqüela a baixa estatura; **desnutrição aguda** = aquela em curso atualmente; **desnutrição crônica** = aquela de grande gravidade, pois está afetando o peso e o crescimento da criança de longa data

Fonte: Relatórios anuais do Projeto AMAR

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE GOIÁS - Projeto Integrado ao PIMEI

Coordenadora na UFG - Dilys Karen Rees
Faculdade de Letras
Departamento de Línguas Estrangeiras

RESUMO:

Este artigo apresenta o trabalho desenvolvido no Estado de Goiás através do Projeto PIMEI. Os objetivos deste projeto são de alcançar e trabalhar com os professores de Língua Inglesa das Escolas Públicas do Estado e assim contribuindo para a melhoria do ensino da Língua Inglesa.

EQUIPE DO NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO EM GOIÁS - NAP-GO

Secretaria Estadual de Educação de Goiás
Secretaria Municipal de Educação de Goiânia
Universidade Católica de Goiás
Universidade Federal de Goiás

HISTÓRICO

Em 1982, no IV Seminário Nacional de Professores de Inglês em Florianópolis, foi sugerida a criação de um projeto específico para analisar a situação do ensino-aprendizagem de língua inglesa a nível de 1º e 2º graus em escolas da rede oficial no Brasil. No V Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua Inglesa, um grupo de trabalho em caráter nacional elaborou o questionário-sondagem e a

pesquisa foi desenvolvida pelos docentes universitários, nos anos de 1984 e 1985. Esta envolveu 1859 escolas de primeiro e segundo grau de 14 estados brasileiros. Os dados coletados refletiram a premência por treinamentos qualificados e desenvolvimento efetivo destes professores de inglês analisados. O projeto firmou-se, pois, em duas linhas de ação: treinamento e desenvolvimento; e pesquisa.

Em junho de 1985, em Brasília, os resultados dos dados analisados corroboraram para a identificação do **objetivo geral do PIMEI**:

- promover a melhoria da qualidade e eficácia do processo ensino-aprendizagem de língua inglesa de 1º, 2º, prioritariamente da rede oficial, e 3º graus, através de Núcleos de Apoio Pedagógico em vários estados do Brasil;
- conscientizar o professor de língua inglesa da importância de sua participação efetiva na educação integral do cidadão levando-se em consideração as necessidades e características sócio-culturais de cada comunidade.

Durante os anos de 1986 e 1987, uma pesquisa foi conduzida em 4 estados brasileiros com o objetivo de identificar necessidades específicas de escolas de 1º e 2º graus das redes oficiais de ensino. Professores, alunos e diretores responderam ao Needs Analysis Survey, norteando o planejamento do Programa de Consultoria a ser desenvolvido pelos NAPs do PIMEI. O projeto tem, portanto, estes objetivos específicos:

- fornecer subsídios para uma atitude crítica dos professores quanto ao planejamento adequado e eficiente de suas atividades de ensino; ao uso efetivo dos processos de planejamento, atividade e avaliação; à reação flexível diante das situações dinâmicas das salas de aula; e ao melhoramento de sua proficiência lingüística em inglês.
- não impor qualquer método ou abordagem, mas prover informações que contribuam com a conscientização dos professores quanto aos fatores que interferem no processo de ensino-aprendizagem e na relação professor-aluno, em sala de aula de língua estrangeira.

- produzir e veicular recursos bibliográficos e instrucionais que contribuam com a efetiva melhoria do ensino-aprendizagem do inglês nas escolas de 1º e 2º graus, no concernente à qualificação de seus professores.

Os primeiros contatos entre a equipe de Goiás e a coordenação nacional do PIMEI haviam acontecido durante o VI Seminário Nacional de Inglês Instrumental em Maceió, em 1992. Durante o ano de 1993, foram realizadas várias reuniões com os representantes das Instituições interessadas em integrar-se ao Projeto, mas somente em 1994 o Núcleo de Apoio Pedagógico foi implantado em Goiás.

O NAP-GO conta com a presença de Coordenadoras de Língua Inglesa das Secretarias Estadual e Municipal de Goiás; docentes de 1º e 2º graus do Estado e do Município; docentes e discentes das Universidades Católica e Federal de Goiás.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO NAP-GO

1. Aulas escolhidas pelos professores participantes

Nos últimos três (3) anos, o NAP-GO tem realizado encontros duas vezes por semana durante o ano escolar. Pediu-se que os encontros versassem sobre:

- Conversação
- Metodologia
- Músicas
- Vídeos
- Informação Cultural
- Fonética
- Pronúncia
- Jogos
- Textos Escritos
- Avaliação
- Pontos Gramaticais
- Aquisição de Vocabulário

Em todo momento os encontros são permeados pelos temas:

- O “porquê” ensinar inglês em escolas públicas de Goiás.
- A relação professor-aluno e os grupos numerosos.

Objetiva-se tanto a reflexão sobre a postura do professor quanto o aprimoramento da pronúncia, a acuidade na comunicação, a proficiência na escrita e o desenvolvimento da competência pedagógica.

Cada semestre faz-se uma pesquisa entre os professores participantes dos encontros para avaliar o trabalho e para escolher os tópicos a serem abordados nos encontros do semestre seguinte. Sendo assim, são os próprios professores das escolas públicas que norteiam o trabalho desenvolvido pelo NAP-GO.

2. Módulos Instrucionais

Os módulos instrucionais desenvolvidos e publicados pela equipe do NAP-RS - professores Vilson Leffa e Maria da Graça Paiva da UFRS - e do NAP-RN - professora Vilma Sampaio de Oliveira da UFRN - são teóricos e trabalham a questão do Processo de Aprendizagem de uma língua e da Avaliação no Processo de Aprendizagem.

O módulo traz um conjunto de atividades que permeiam um tema específico e é dividido em três partes. No layout, há uma breve exposição teórica do tema, são apresentados os objetivos do módulo, são definidos alguns conceitos básicos e há um manual para o instrutor com as explicações necessárias sobre como operacionalizar e gerenciar as atividades pedagógicas propostas na segunda parte do material. Estas, o núcleo central do módulo, convidam os professores a debater e refletir criticamente sobre seu papel de educador e sobre suas potencialidades pessoais. Privilegia-se a reflexão e não induz por uma outra visão teórica em discussão. Ao final, são propostas tarefas para serem elaboradas, cabendo ao instrutor avaliar globalmente o desempenho do grupo. A terceira e última parte do módulo traz uma chave de respostas, com diferentes possibilidades de resolução das questões discutidas na parte anterior.

No grupo de professores do NAP-GO, o módulo foi desenvolvido basicamente em inglês, embora, por vezes, fez-se necessária a conversão para o português,

por questões de compreensão e esclarecimento. Alguns professores demonstraram extrema dificuldade para entender as explicações teóricas discutidas completamente em inglês; e para se expressarem, em nível teórico, em inglês. Privilegiou-se a livre expressão oral - em português e/ou inglês - à preocupação com a proficiência em inglês.

Durante todos os encontros, os coordenadores do grupo tentaram aplicar a teoria à prática das salas de aula, daqueles mesmos professores em seus próprios ambientes de trabalho diário. À luz da teoria, foram discutidos os resultados de um ensino-aprendizagem de inglês que privilegia uma abordagem puramente gramatical, e o papel da repetição, dos **drills** e da memorização neste processo. Também, foram suscitadas as (im)possibilidades de se ensinar uma língua estrangeira num contexto tão adverso como os das salas de aula numerosas das escolas de 1º e 2º graus, em dois encontros semanais de quarenta e cinco minutos; quaisquer recursos audio-visuais e/ou bibliográficos. Contudo, esta realidade ainda não privou os professores de ação. Foram discutidos objetivos reais, realistas e necessários ao ensino-aprendizagem de inglês nestas escolas.

3. Seminários

O NAP-GO, também, tem oferecido seminários com a presença maciça dos professores da rede pública. Nestes seminários discute-se o porquê do ensino de língua inglesa no Brasil; analisa-se o discurso dos professores de língua inglesa no Brasil; discute-se a situação da sala de aula de língua inglesa da rede pública; discute-se a prática de sala de aula. É oferecido, também, aos alunos dos cursos de Letras da Universidade Católica e Federal de Goiás a oportunidade de apresentarem trabalhos versando sobre a teoria e a prática da sala de aula de língua inglesa.

Os seminários promovidos pelo NAP-GO foram os seguintes:

- i - I Encontro de Didática e Prática de Ensino de Língua Inglesa Outubro de 1994
Palestrante convidada: Profª Dra. Reinildes Dias - UFMG
- ii - Xth BRAZ-TESOL/NAP-GO do PIMEI Regionar Seminar
Junho de 1995
Palestrante convidada: Profª Vilma Sampaio de Oliveira - UFRN

Presidente Nacional do PIMEI

- iii - II Encontro de Didática e Prática de Ensino de Língua Inglesa
Dezembro de 1995

Palestrantes: Os Estudantes de Letras da UCG e UFG, entre outros.

- iv - III Encontro de Didática e Prática de Ensino de Língua Inglesa
Outubro de 1996

Palestrante convidada: Prof^a Elzira Uyeno - Doutoranda UNICAMP

Estes seminários tem contado com a presença de aproximadamente duzentos (200) participantes entre professores da rede pública e particular de Goiânia e de outras cidades do Estado, professores de outros Estados e estudantes de Letras das duas universidades envolvidas no projeto.

4. Oficinas

Além dos seminários o NAP-GO promove oficinas semestralmente com professores convidados das Universidades Católica e Federal de Goiás e da rede pública de ensino. Listamos, a seguir, algumas das oficinas oferecidas:

- Recycled Material in the English Classroom
- English in the Large Classroom
- English for Children
- Songs in the English Classroom
- Openers for the English Classroom

Estas oficinas permitem a discussão da prática em sala de aula com a troca de idéias e experiências entre os participantes.

AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

A cada nova experiência, toda a equipe se sente apreensiva quanto ao “como” corresponder às expectativas de todos os envolvidos no Projeto. A cada novo resultado, a sensação de “dever realizado”, mas não “totalmente cumprido”.

Em todas as situações, a certeza de que o crescimento da auto-estima, auto-confiança e auto-conhecimento de todos os educadores reflete mais compromisso

e responsabilidade nos trabalhos que desenvolvem em suas salas de aula e em suas vidas, de um modo geral.

A parceria entre “Instituições” com “poderes distintos” não pode se deixar estremecer pela incompreensão. É preciso continuar a trabalhar juntos objetivando sempre a melhoria do ensino de língua inglesa no Estado de Goiás.

ABSTRACT

This article presents the work developed in Goiás state through the PIMEI project. The goals of this project are to reach and work with the English language public school teachers thus contributing to the improvement of the teaching of the English language.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Celani, Maria Antonieta A. *Learner-Based Teaching in Unfavourable Classroom Situations*. CEPRIIL. PUC-SP, sem data.
- _____. A Educação Continuada do Professor. *Ciência e Cultura*. 40/2. 1988. Pp 158-163.
- Leffa, V. J. e Maria da Graça G. Paiva. *The Foreign Language Learning Process*. Porto Alegre: Ed UFRS/PIMEI, 1993.
- Oliveira, Vilma S. *Evaluation in the Learning Process*. Natal: Editora UFRN/PIMEI, 1993.
- Pennycook, Alastair. *Critical Pedagogy and Second Language Education*. *System*. 18/3. 1990, pp. 303-314.

PROJETO DE EXTENSÃO APASA - ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO SERRA-ABAIXO⁸

Coordenador Rogério de Araújo Almeida⁹

RESUMO:

Cientes da necessidade da geração de tecnologias que viabilizem a agricultura para os pequenos produtores rurais, professores da Escola de Agronomia / UFG constituíram o Grupo GOYAZ¹⁰ de Ensino, Pesquisa e Extensão, que direciona suas ações no sentido de buscar soluções práticas para os problemas da pequena propriedade. Naquele mesmo ano iniciou-se o projeto de Extensão APASA¹¹ - Associação de Pequenos Agricultores do Serra-Abaixo - onde a referida Associação, localizada no município de Inhumas-GO, foi escolhida para receber a assessoria técnica do Grupo. Num primeiro momento caracterizou-se a Associação identificando-se seus principais problemas, impecilhos ao desenvolvimento sócio/econômico. Verificou-se que a perda de solo por erosão constituía o principal entrave, provocando redução na produtividade e prejuízos financeiros. Como solução foi introduzido o sistema de plantio direto tração animal na região. No ano de 1995 fez-se o plantio de uma área, como unidade demonstrativa. No segundo ano quinze dos agricultores já utilizaram o sistema. Os resultados foram bastante positivos. Conseguiu-se o controle da erosão e o aumento da produtividade, propiciando lucro e consequente melhoria na qualidade de vida dos agricultores. Para 1997 todos irão utilizar o sistema inclusive alguns vizinhos, não associados. Para o mesmo ano pretende-se difundir o sistema para outros municípios goianos.

INTRODUÇÃO

A APASA reúne dezessete famílias de pequenos produtores rurais (área média de 6,87 ha) do município de Inhumas-GO, que investem na cultura do alho com finalidade comercial e cultivam arroz, feijão e milho para subsistência. Essa comunidade foi selecionada para receber assessoria do Grupo GOYAZ. Durante vários meses foi feita sua caracterização. Através de questionários se levantou o perfil das famílias. Coletou-se dados sobre escolaridade, fontes de renda, culturas produzidas, tecnologia utilizada, condições de comercialização, entre outros. Com base nestas informações, verificou-se que a erosão dos solos constituía o principal entrave ao seu desenvolvimento econômico, uma vez que causava perdas de até cinquenta por cento das produções. Os agricultores enfrentavam um processo de empobrecimento contínuo.

Com vistas ao controle da erosão decidiu-se pela implantação do sistema de plantio direto, que foi apresentado aos membros da Associação via boletins técnicos, palestras e fitas de vídeo. Tentou-se a utilização da matraca, que foi recusada pelos produtores em função do baixo rendimento operacional e da ausência de adubação. Buscou-se então utilizar a tração animal, muito comum na região no sistema convencional de plantio. Já na safra de 1995 foi feito o plantio de uma unidade demonstrativa de plantio direto com uso de tração animal. Utilizou-se uma semeadora adubadora Gralha Azul, doada pela Monsanto do Brasil, no plantio de milho em sucessão ao alho. O controle da erosão se mostrou perfeito e os produtores, que acompanharam todo o desenvolvimento da cultura, passaram a acreditar no sistema. "Antes a gente fazia curvas de nível mas vinha a chuva e nada segurava a lavoura. Hoje estou vendo que com essa palha não tem erosão", disse um deles. Mesmo sendo o primeiro ano de plantio direto, conseguiu-se um acréscimo de sessenta por cento na produtividade do milho, comparando-se com a média das outras áreas. Foi o bastante para convencer a maioria dos produtores a fazer uso do plantio direto na safra seguinte (ano de 1996).

HISTÓRICO

A pesquisa em muitos países tem mostrado que o preparo do solo não é imperativo na produção vegetal, e que muitas vezes os rendimentos são tão altos

quanto em solos não preparados. Além disso, o excessivo preparo, principalmente em regiões tropicais, acelera o processo de desagregação, devido à mineralização extremamente rápida da matéria orgânica, e à predisposição aos agentes erosivos, resultantes de uma superfície descoberta e solta (Lal e Phillips & Phillips, citados por DERPSCHE, 1993).

Após o surgimento de herbicidas de contato (paraquat), na Inglaterra em 1956, entrou em fase experimental em várias partes do mundo um sistema agrícola novo, onde o solo não era mais revolvido, mantendo-se sempre com uma cobertura vegetal, viva ou morta. Iniciava-se um processo que mudaria os métodos tradicionais de semeadura no mundo, o plantio direto. Em 1962 o sistema foi utilizado por um agricultor em Kentucky, Estados Unidos (DERPSCHE, 1984). Em 1971 foi introduzido no Brasil (MUZILLI, 1985) e dez anos depois em Goiás (LANDERS, 1994). À partir de então, houve uma rápida expansão de sua utilização no Cerrado, ocupando mais de um milhão de hectares em 1995 e, segundo a Associação de Plantio Direto no Cerrado - APDC, cerca de dois milhões de hectares em 1997. Tal expansão se explica por ser o plantio direto a melhor forma de se proteger o solo contra a erosão; reduzir o uso de máquinas, combustível, agrotóxicos e mão-de-obra; criar ambiente favorável ao restabelecimento da fauna nativa (aves, minhocas, predadores e parasitóides de pragas) e levar a altos rendimentos econômicos. Estes fatores tornaram o sistema desejável, que tende a dominar o cenário da agricultura brasileira nos próximos anos (BLANCANEUX et al., 1993 e GASSEN, 1995). As inúmeras vantagens oferecidas pelo plantio direto são também relatadas por MACHADO (s.d.), MUZILLI (1980), MAZUCHOWSKI & DERPSCHE (1984), CASÃO JÚNIOR et al. (1991), CASÃO JÚNIOR & RIBEIRO (1993), COSTA et al. (1993), MEZA & MORYIA (1993), REGO (1993), RIBEIRO et al. (1993), SAMAHA et al. (1993), ZENTENO (1993), LANDERS (1994), LEANDRO (1994), GENTIL (1995) e SÉGUY & BOUZINAC (1995), dentre outros.

À margem desse processo, o pequeno agricultor - geralmente situado em áreas de relevo acidentado, com restrições econômicas, com uso de mão-de-obra familiar e da tração animal - continua utilizando práticas tradicionais de manejo do solo como a queima dos resíduos culturais e o preparo constituído por aração e gradagens (CASÃO JÚNIOR, 1993).

Segundo MUZILLI & SHIKI (1985), as tecnologias geradas pela pesquisa moderna tem sido dirigidas basicamente aos grandes produtores. "Há necessidade de se ajustar o modelo organizacional das instituições de pesquisa agropecuária, visando a adequação filosófica e metodológica do trabalho para atendimento às necessidades de desenvolvimento da pequena propriedade". Segundo a FAO (1992), "os problemas mais imediatos da maioria dos agricultores são inversamente proporcionais à complexidade das suas soluções". Isto significa que uma grande parte dos crônicos problemas que afligem aos pequenos agricultores poderiam ser solucionados através de tecnologias elementares e de baixo custo e do uso racional dos recursos que eles mesmo possuem.

Ciente da necessidade da geração de tecnologias que viabilizassem o plantio direto para esse público, a partir da 1985 o Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR - iniciou o desenvolvimento da semeadora-adubadora de tração animal "Gralha Azul", iniciando-se assim uma série de estudos sobre o plantio direto para a pequena propriedade (CASÃO JÚNIOR & RIBEIRO, 1993), que culminou com a realização do I Encontro Latino Americano sobre Plantio Direto para Pequenas Propriedades, em Ponta Grossa - PR, em novembro de 1993.

Também neste ano a EA/UFG iniciou seus trabalhos de pesquisa com plantio direto para pequenos produtores, desenvolvendo adaptações na matraca visando sua utilização no sistema de plantio direto. Os resultados foram apresentados em Ponta Grossa (ALMEIDA, 1993). Em 1994, foi criado o Grupo GOYAZ¹² de Ensino, Pesquisa e Extensão, objetivando adaptar, desenvolver e validar tecnologias para a pequena propriedade, notadamente aquelas de caráter conservacionista, como o sistema de plantio direto. Neste mesmo ano iniciou-se o projeto de Extensão APASA¹³ - Associação de Pequenos Agricultores do Serra-Abaixo.

O PROJETO APASA

A APASA reúne dezessete famílias de pequenos produtores rurais (área média de 6,87 ha) do município de Inhumas-GO, que investem na cultura do alho com finalidade comercial e cultivam arroz, feijão e milho para subsistência. Essa comunidade foi selecionada para receber assessoria do grupo. Durante vários meses foi

feita sua caracterização. Através de questionários se levantou o perfil das famílias. Coletou-se dados sobre escolaridade, fontes de renda, culturas produzidas, tecnologia utilizada, condições de comercialização, entre outros. Com base nestas informações, verificou-se que a erosão dos solos constituía o principal entrave ao seu desenvolvimento econômico, uma vez que causava perdas de até 50% das produções. Os agricultores enfrentavam um processo de empobrecimento contínuo.

Com vistas ao controle da erosão decidiu-se pela implantação do sistema de plantio direto, que foi apresentado aos membros da associação via boletins técnicos, palestras e fitas de vídeo. Tentou-se a utilização da matraca, que foi recusada pelos produtores em função do baixo rendimento operacional e da ausência de adubação. Buscou-se então utilizar a tração animal, muito comum na região, no sistema convencional de plantio. Já na safra de 1995 foi feito o plantio de uma unidade demonstrativa de plantio direto com uso de tração animal. Utilizou-se uma semeadora adubadora Gralha Azul, doada pela Monsanto do Brasil, no plantio de milho em sucessão ao alho. O controle da erosão se mostrou perfeito e os produtores, que acompanharam todo o desenvolvimento da cultura, passaram a acreditar no sistema. "Antes a gente fazia curvas de nível mas vinha a chuva e nada segurava a lavoura. Hoje estou vendo que com essa palha não tem erosão", disse um deles. Mesmo sendo o primeiro ano de plantio direto, conseguiu-se um acréscimo de sessenta por cento na produtividade do milho, comparando-se com a média das outras áreas. Foi o bastante para convencer a maioria dos produtores a fazer uso do plantio direto na safra seguinte (ano de 1996).

Em março de 1996 três professores do grupo GOYAZ participaram do II Encuentro Latinoamericano de Siembra Directa en Pequeñas Propiedades, no Paraguai, onde apresentaram os resultados obtidos no projeto APASA. Trocaram experiências com técnicos e produtores e na bagagem trouxeram o que existe de mais recente sobre o assunto, em toda a América Latina. Em julho estiveram no V Encontro Nacional de Plantio Direto na Palha, em Goiânia-GO, desta feita com a participação de acadêmicos de Agronomia da UFG e de um dos membros da APASA.

Na safra de 1996 o cultivo do alho, que acontece no período seco de inverno (abril a agosto), já obedeceu regras que possibilitam o melhor aproveitamento no plantio direto, principalmente no que diz respeito ao melhor controle de plantas

daninhas. Entusiasmados com as informações trazidas do Paraguai e pelo que foi visto no V Encontro, os produtores iniciaram o plantio de sucessão ao alho, com a cultura do milho em plantio direto. Desta feita utilizou-se semeadoras marca RYC, de Itaiópolis-SC e MAFRENSE, de Mafra-SC, gentilmente doadas pelos fabricantes ao grupo GOYAZ. Os resultados positivos mudaram a cabeça dos agricultores. "Quando realizamos o primeiro plantio no meio do mato nossos vizinhos diziam que eu estava ficando louco, hoje todos querem plantar direto," disse o associado Nelico Qualhato (pioneiro no sistema). Cada parcela de milho que nascia convencia novos agricultores e dos dezessete membros da APASA, quinze aderiram ao sistema e os outros dois prepararam suas áreas para fazê-lo em 1997.

Os resultados foram tão satisfatórios que em setembro de 1996 foi realizado o I Encontro sobre Plantio Direto para Pequenos Agricultores no Estado de Goiás, visando difundir a tecnologia. Quase cem participantes, entre técnicos e produtores rurais dos municípios vizinhos, que também plantam alho, conheceram os resultados obtidos pela APASA. Um deles, o "Barba", de um dos assentamentos de reforma agrária do município de Goiás afirmou: "quando chegar em casa vou dizer aos companheiros que agora nós já temos como produzir sem destruir nossa terra".

Também participou do Encontro o diretor da Metalúrgica ARA, fabricante de semeadoras adubadoras tração animal, da cidade de Goiânia. Surpreso com os resultados apresentados, naquele mesmo momento decidiu desenvolver um kit de plantio direto para sua máquina. O trabalho foi realizado em parceria com o professor Rogério Almeida e os agricultores da APASA. No dia 24 de abril de 1997 foi apresentada ao público no stand da UFG na II Femilho - Festa do Milho Verde de Inhumas. E no mês de junho foi apresentada durante a Semana do Meio Ambiente e foi utilizada no curso sobre plantio direto para pequenos agricultores na SEAGO¹⁴, sob coordenação dos bolsistas de extensão do projeto APASA.

VISITAS RECEBIDAS

Desde o início do Projeto de Extensão APASA centenas de pessoas já visitaram as áreas da associação. Em dezembro de 1996 os agricultores receberam dois norte americanos. Trata-se dos doutores Dennis R. Shaw, Diretor de Programas de Educação e Cultura dos Companheiros das Américas (comitê Goiás/Wyoming), da cidade de Washington; e Bruno A. Alesii, Gerente Mundial para

Assuntos de Plantio Direto da Monsanto, da cidade de St. Louis - Missouri. Os dois representam os principais parceiros da UFG no projeto APASA. Dennis ficou surpreso com a participação ativa da comunidade. "O que mais agrada é ver que a qualidade de vida dos agricultores tem melhorado significativamente. É surpreendente ver crianças de cinco anos de idade conscientes da necessidade de se preservar os recursos ambientais. O projeto é fantástico e os Companheiros se orgulham em fazer parte dele." Bruno fez um relato do que viu. "Achei muito interessante pois na maioria das vezes você vê este tipo de trabalho com os grandes produtores. Quando os pequenos vêem os grandes usando a tecnologia eles não acreditam que também possam fazê-lo. No passado eles viam as grandes máquinas e diziam que não poderiam usar o plantio direto. Vendo o desenvolvimento das pequenas máquinas, manuais e tracionadas por animais, e como elas trabalham bem, é bonito ver a aceitação do plantio direto pelos pequenos. O que mais impressionou foi a velocidade com que os produtores assimilaram a técnica e como eles trabalham juntos, em comunidade. O mais importante é que todos estão crescendo, juntos, produtores, universidade e empresas que apoiam o projeto. Este tipo de programa deveria ser usado como modelo para outras regiões do mundo, para pequenos produtores que desejam viver melhor. A Monsanto participa deste tipo de projeto em países da África, na Indonésia e no Japão. Faz parte do programa da Empresa. O trabalho é parecido com o de vocês. Todavia, lá a participação governamental é muito maior. Aqui os equipamentos utilizados são muito mais eficientes e poderiam inclusive auxiliar o desenvolvimento do plantio direto para pequenos agricultores em outros países." Bruno gostou do que viu e irá aproveitar parte dessa experiência no projeto que a empresa desenvolve na Indonésia, adquirindo três semeadoras ARA com kit para plantio direto.

METAS PARA 1997

No ano de 1997 o projeto APASA pretende difundir o sistema de P.D. para outros municípios do estado de Goiás, assim como introduzir novas tecnologias na APASA. Para tanto foram feitos até o momento: a) o plantio de outras duas unidades demonstrativas (Inhumas e Catalão); b) palestras para agricultores em Ipameri, Goiânia e Orizona; c) palestras para estudantes da rede pública de ensino; d) divul-

gação em jornais, revistas, rádio e televisão; e) visita de técnicos e produtores à região e; f) curso sobre a criação tecnificada de peixes na APASA.

No mês de junho de 1997 o projeto foi visitado por alunos de escolas públicas de Goiânia e por duas turmas da terceira série do segundo grau do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, da Universidade Federal de Goiás - CEPAE/UFG, além dos alunos do curso de Plantio Direto Para Pequenos Agricultores da Semana Agrônômica de Goiânia - SEAGO. Por outro lado, os produtores da APASA estiveram em Goiânia, participando do Dia de Campo sobre agricultura, também durante a SEAGO.

No segundo semestre a APASA deverá se constituir em campo de estágio curricular, podendo receber um ou dois acadêmicos do 5º ano de Agronomia. No mês de setembro será realizado o II Encontro sobre Plantio Direto para Pequenos Agricultores no Estado de Goiás.

AVALIAÇÃO

Os resultados obtidos tem propiciado melhoria na qualidade de vida dos membros da associação, ao mesmo tempo em que orienta os trabalhos de pesquisa do grupo GOYAZ e fornece subsídios para a melhoria da qualidade do ensino. É importante salientar que a experiência adquirida neste projeto poderá auxiliar outras comunidades rurais, associações e assentamentos de reforma agrária, contribuindo para a fixação do Homem no campo, reduzindo o êxodo rural e suas consequências danosas; como, aliás, já está acontecendo. Desta maneira, acredita-se estar cumprindo o papel social da universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LAL, R. Role of no-till farming in sustainable agriculture in the tropics. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO SOBRE PLANTIO DIRETO NA PEQUENA PROPRIEDADE, 1., 1993, Ponta Grossa-PR. Anais. Ponta Grossa : IAPAR, 1993. p.29-62.

MEZA, M. & MORIYA, K. Desarrollo de trabajos con cobertura vegetal del suelo con pequeños productores asociados en comités del distrito de Edelira con miras a la siembra directa. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO SOBRE PLANTIO DIRETO NA PEQUENA PROPRIEDADE, 1., 1993, Ponta Grossa-PR. Anais. Ponta Grossa : IAPAR, 1993. p. 193-202.

RIBEIRO, M.F.S.; BENASSI, D.A. & SAMAHA, M.J. Implicações do plantio direto em pequenas propriedades no centro-sul do Paraná. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO SOBRE PLANTIO DIRETO NA PEQUENA PROPRIEDADE, 1., 1993, Ponta Grossa-PR. Anais. Ponta Grossa : IAPAR, 1993. p.157- 171.

WALL, P.C. Perspectivas de la siembra directa en las pequeñas propiedades de América Latina. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO SOBRE PLANTIO DIRETO NA PEQUENA PROPRIEDADE, 1., 1993, Ponta Grossa-PR. Anais. Ponta Grossa : IAPAR, 1993. p.13-27.

ZENTENO, L.I.R. Experiencias sobre el sistema de siembra cero labranza en el estado de chiapas. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO SOBRE PLANTIO DIRETO NA PEQUENA PROPRIEDADE, 1., 1993, Ponta Grossa-PR. Anais. Ponta Grossa : IAPAR, 1993. p.63-71.

A SAÚDE COMO FATOR DETERMINANTE DO RENDIMENTO ESCOLAR

Ana Luiza Junqueira¹⁵
Angela Alessandri M. de C. Almeida¹⁵
Carmem Luci Rodrigues Lopes¹⁵
Denize Bouttelet Munari¹⁵
Ida Kuroki Borges¹⁵
Lídice Maria Chaves¹⁵
Lionídia Filgueira da Silva¹⁵
Lizete Malagoni de A. C. Oliveira¹⁵

Maria Alves Barbosa¹⁵
Marcelo Medeiros¹⁵
Márcia Maria de Souza¹⁵
Maria das Graças. Nascimento Oliveira¹⁵
Maria Marcia Bachion¹⁵
Nilza Alves Marques Almeida¹⁵
Sandra Maria Brunini de Souza¹⁵

RESUMO:

Trata-se de projeto de Extensão desenvolvido por docentes e discentes da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás. Teve como objetivos gerais, contribuir com o ensino fundamental em assuntos relacionados à saúde do educando e, contribuir para a melhoria do rendimento escolar através de ações e orientações preventivas e de promoção da saúde entre alunos do ensino fundamental. Foi realizado em duas escolas da rede Municipal de Goiânia e a população constituiu-se de 420 alunos. As atividades foram desenvolvidas através de palestras acompanhadas de diálogo e realização de testes de acuidade visual. Trinta crianças com deficiência visual foram encaminhadas a serviços de saúde. Concluiu-se que o trabalho contribuiu para a oxigenação e redimensionamento curricular, programático e administrativo, bem como para a criação e difusão de novos conhecimentos. Além disto, permitiu a contribuição para o atendimento de necessidades sociais, com prioridade para o ensino fundamental e houve interrelação e complementaridade de conhecimentos entre a Universidade e o ensino fundamental.

1- INTRODUÇÃO

O propósito da Faculdade de Enfermagem em trabalhar com a saúde escolar, seja capacitando professores, ou através do contato direto com pais e alunos do ensino fundamental surgiu em 1996 e abriu possibilidade de integração entre a Universidade e outros níveis de ensino. Entende-se que há, de um lado, a necessidade da Universidade em oferecer, e, de outro, das escolas de 1º grau em adotar alternativas de ensino que possibilitem a aquisição de conhecimentos a respeito da promoção da saúde e prevenção de doenças.

Considerando a amplitude de temas e metodologias que poderão ser empregadas nesta integração, a Faculdade de Enfermagem estará atualizando e desenvolvendo o presente trabalho a cada ano, beneficiando maior quantidade de professores e alunos do pré-escolar à 8ª séries do ensino fundamental.

Cumprindo com seu papel social, a Faculdade de Enfermagem executa programas de Extensão dirigidos à comunidade, desenvolvendo ações compatíveis com as atividades de Ensino e Pesquisa. Um dos objetivos do Curso de Graduação em Enfermagem é capacitar o aluno a planejar, executar e avaliar programas de educação em saúde.

A implementação desta proposta atendeu a requisitos da Faculdade à medida em que criou e difundiu novos conhecimentos. Também contemplou necessidades sociais, uma das principais preocupações em nível nacional, como é o caso da saúde escolar. Há que se ressaltar que na área de saúde o trabalho conjunto universidade-escolas de ensino fundamental oferece à comunidade estudantil, subsídios para a prevenção de doenças e criação de hábitos saudáveis de vida.

2 - OBJETIVOS

2.1. GERAIS:

- Contribuir com o ensino fundamental em assuntos relacionados à saúde do educando;
- Contribuir com o rendimento escolar através de ações e orientações preventivas e de promoção da saúde desenvolvidas entre alunos do ensino fundamental.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Orientar jovens e adultos para a prevenção de agravos que podem influenciar na saúde e rendimento escolar,
- Preparar o estudante para o desenvolvimento de hábitos e atitudes que repercutem positivamente na sua saúde e rendimento escolar;
- Realizar testes de acuidade visual entre alunos do pré-escolar à 4ª séries.

3. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS

- Existem diversos fatores que contribuem para o baixo rendimento escolar, tais como as condições familiares, o corpo docente, a interação professor-aluno e aspectos internos e estruturais da organização escolar (LIBANEO, 1994). Entretanto, o ensino e a discussão de temas relacionados a cuidados e hábitos de saúde nas escolas de ensino fundamental é também um dos meios mais eficazes de contribuir com o rendimento escolar.
- O enfoque de aspectos referentes à promoção da saúde e prevenção de doenças no ensino fundamental significa valorizar o homem como Ser total.
- A garantia da cidadania no ensino fundamental pode ser oferecida através de intervenções de promoção da saúde e prevenção de agravos físicos, e psicossociais.

4. REFERENCIAL METODOLÓGICO

Epidemiologia Social.

5. METODOLOGIA

5.1. Tipo e Local

Trabalho de Extensão, desenvolvido por docentes e discentes da Faculdade de Enfermagem em 02 escolas municipais de Goiânia: **Frei Nazereno Confaloni**,

localizada na Vila União e **Targino de Aguiar**, no Parque Oeste Industrial, ambas em Goiânia - Goiás.

5.2. População:

- a) Na Escola Frei Nazareno Confaloni, participaram 120 alunos da 8ª série matriculados no turno noturno.
- b) Na Escola Targino de Aguiar participaram 300 alunos do pré-escolar à 4ª séries dos turnos matutino e vespertino.

5.3. Procedimentos:

A articulação com o ensino fundamental ocorreu inicialmente através de contatos entre a coordenadora desta proposta e a Assessoria da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, para esclarecer objetivos da proposta, detalhes e oficializar a integração com o ensino fundamental. As escolas onde o projeto foi desenvolvido foram sugeridas pela própria Assessoria, levando-se em consideração as peculiaridades de cada uma. Posteriormente estas escolas foram contactadas, ficando estabelecido que os ajustes necessários para o atendimento das necessidades das escolas, bem como as formas de articulação entre os conteúdos seriam realizados conjuntamente.

Deste modo, as atividades desenvolvidas atenderam às solicitações dos alunos e da Direção de cada escola.

5.3.1. Especificação dos conteúdos, metas e ações desenvolvidas:

1- ESCOLA FREI NAZARENO CONFALONI

Conteúdos	Metas	Ações
a) Prevenção de Doenças Sexualmente Transmitidas: AIDS, Sífilis, Gonorréia, Linfogranuloma venéreo, Herpes genital, Candidíase, Monilíase.	a) Orientar, jovens e adultos sobre prevenção de doenças sexualmente transmitidas.	-Exposições dialogadas -Dramatizações -Exibição de filmes -Leituras e discussões
b) Drogas em geral.	b) Alertar para os perigos e conseqüências do uso de drogas	
c) Sexualidade humana: Fisiologia, Gravidez, Paternidade / Paternidade Responsável.	c) Trabalhar conteúdos referentes à Sexualidade humana.	
d) Relacionamento, Aborto.	d) Trabalhar conteúdos referentes a relacionamento, namoro.	

Na Escola Frei Nazareno Confaloni foram realizadas vinte e quatro apresentações. Os trabalhos foram desenvolvidos semanalmente e cada tema foi apresentado e discutido em grupos de trinta alunos. Necessidades individuais foram contempladas através de orientações também individuais.

2- ESCOLA TARGINO DE AGUIAR

Conteúdos	Metas	Ações
a) Detecção de deficiência visual - Testes de acuidade visual - Encaminhamentos a Unidades de saúde - Reuniões com os pais das crianças	a) Detectar problemas visuais entre alunos de 1ª á 4ª séries - Realizar testes de acuidade visual - Encaminhar crianças com deficiência visual a serviços de saúde. - Orientar pais, professores e alunos quanto a problemas visuais.	- Realização de testes de acuidade visual - Orientações e Encaminhamentos
b) Palestras educativas: - Doenças sexualmente transmitidas; - Relacionamento, namoro e família; - Anatomia e fisiologia dos órgãos reprodutores masculinos e femininos; - Modificações biológicas e psico-sociais na adolescência; Nutrição, esportes e saúde na adolescência; - Drogas; - Higiene corporal e mental.	b) Trabalhar conteúdos referentes às doenças sexualmente transmitidas, anatomia do aparelho reprodutor, drogas, primeiros socorros, higiene corporal e mental.	

Na Escola Targino de Aguiar foram realizados 300 testes de acuidade visual, sendo detectadas e encaminhadas 30 crianças com deficiências. Várias reuniões foram realizadas com os pais das crianças com a finalidade de esclarecê-los sobre os resultados dos testes e o encaminhamento sugerido.

Nesta Escola também foram trabalhados temas educativos relacionados a: Doenças sexualmente transmitidas; Relacionamento, namoro e família; Anatomia e fisiologia dos órgãos reprodutores masculinos e femininos; Modificações biológicas e psico-sociais na adolescência; Nutrição, esportes e saúde na adolescência; Primeiros Socorros; Drogas; Higiene corporal e mental.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida em que ocorreu a integração Universidade-escola de ensino fundamental, houve também inter-relação, complementaridade de conhecimentos e aprofundamento de questões específicas das partes envolvidas. Neste contexto, necessidades sociais foram percebidas e contempladas através de atividades dirigidas específicas.

Para a comunidade estudantil de ensino fundamental as atividades desenvolvidas neste projeto proporcionaram conhecimentos para a prevenção de doenças, criação de hábitos saudáveis de vida e, conseqüentemente, para a melhoria do rendimento escolar.

O aperfeiçoamento de métodos, técnicas e recursos utilizados na abordagem sobre temas de saúde para estudantes do ensino fundamental foi vivenciado pelos professores e alunos da Faculdade de Enfermagem. No seu aspecto mais amplo, pode-se afirmar que o trabalho contribuiu para a oxigenação e redimensionamento curricular, programático e administrativo, bem como para a criação e difusão de novos conhecimentos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo, Cortez, 1994.

LIGA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL: DA TEORIA À PRÁTICA¹⁶

Estelamaris T. Mônego¹⁷

Paulo César B.V. Jardim¹⁸

Ana Luiza L. Souza¹⁹

RESUMO:

A Liga de Hipertensão Arterial é uma atividade de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal de Goiás, cujo objetivo geral é garantir espaço para o atendimento globalizado do paciente através de equipe multidisciplinar, direcionado para a prevenção, diagnóstico e controle de doenças cardiovasculares e seus fatores de risco. Dentre seus objetivos específicos destacam-se a implantação de programa de atendimento à comunidade com vistas a assistência de portadores de fatores de risco para doenças cardiovasculares, tais como: hipertensão arterial, obesidade, dislipidemias, tabagismo e alcoolismo; o desenvolvimento de atividades de prevenção primária das doenças cardiovasculares junto a populações selecionadas; a promoção de atividades de educação em saúde coletiva e individual; a produção de material educativo para uso específico; a definição de espaço para treinamento de profissionais de saúde e estágio de acadêmicos da área da saúde, de forma integrada em equipe multidisciplinar, na assistência de portadores de fatores de risco para doenças cardiovasculares e a garantia da viabilização da produção de conhecimento sobre as doenças cardiovasculares de modo contínuo e integrado inter-unidades. O resultado desta proposta arrojada é um trabalho que garante a associação teoria e prática, com benefícios inegáveis para a população atendida, técnicos, docentes envolvidos e acadêmicos da área da saúde.

A MAGNITUDE DO PROBLEMA

Os últimos anos têm representado um período de mudanças significativas nas condições de vida e de saúde da população brasileira. Existe um aumento significativo da expectativa de vida e reduções acentuadas em indicadores de mortalidade infantil e mortalidade proporcional por doenças infecciosas. O Brasil vem apresentando intensas transformações na sua estrutura populacional e no padrão de morbimortalidade. O que mais tem caracterizado esse período é uma queda acentuada na mortalidade por doenças infecto-contagiosas e uma ascensão das doenças crônico-degenerativas, sendo que partir da década de 60 as doenças cardiovasculares passaram a ser responsáveis pela maior proporção de óbitos registrados no país. (LOLIO, 1990).

Nos Estados Unidos, a partir da década de 60, iniciaram-se diversas ações de controle sobre as doenças cardiovasculares. Tem sido possível observar a queda das taxas de mortalidade por doenças coronarianas nesse país e também na Europa Ocidental, Japão e Austrália. Já nos países do Leste Europeu tem acontecido o contrário, com o crescimento da mortalidade cardiovascular. No Brasil, a tendência dessas doenças é praticamente desconhecida, não podendo ser afirmado qualquer tipo de evolução, uma vez que não se dispõe de nenhum sistema que seja responsável pela vigilância das mesmas ou a existência de serviços que acompanhem o comportamento desses agravos. (LOTUFO & LOLIO, 1995; BURT et al, 1995).

Essas doenças são rodeadas por mitos que não encontram respaldo na realidade que os dados apresentam. Para muitos ainda se tratam de doenças prevalentes nos estratos sócio-econômicos mais privilegiados, sendo doenças de “país desenvolvido”, “da velhice” ou “da urbanização”. Essas idéias perderiam o fôlego caso as estatísticas dos países subdesenvolvidos fossem mais confiáveis e os serviços de saúde acessíveis a todos os grupos sociais. Os dados que têm sido utilizados para conhecer a tendência desses agravos e mesmo para avaliar as ações empreendidas, são importações de estudos realizados em outros países e quando muito, de alguns poucos trabalhos locais, feitos por esforçados pesquisadores nacionais.

A Hipertensão Arterial (HA) tem sido apontada como fator de risco mais importante para as doenças cardiovasculares, sendo reconhecida como um fator redutor da expectativa de vida. Do total de mortes por Acidente Vascular Cerebral,

80% têm sido acompanhados de HA, e nos óbitos por Doença Coronariana, 40% estão também associados a esse fator. (LOLIO, 1990).

No Brasil, estima-se que 15% das pessoas com 20 anos e mais são hipertensas, o que leva a evidência de que aproximadamente 12 milhões de brasileiros são hipertensos. Estudo realizado em comunidade urbana do interior do Brasil apresentou uma prevalência de 15.5% de HA em população adulta maior de 18 anos. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1993b).

A Hipertensão Arterial apresenta-se assim como um agravo de grande magnitude em nosso meio, ocasionando sofrimento, morte e gastos fabulosos por parte do sistema de seguridade. Os prejuízos à economia são incalculáveis, considerando-se que os indivíduos comprometidos encontram-se justamente no grupo de maior produtividade no ciclo de vida do homem.

Os serviços de impacto na saúde pública devem buscar o resgate das ações preventivas e voltadas para uma cobertura ampla, com facilidade de acesso e diretrizes operacionais bem definidas. O planejamento e implantação de tais serviços necessitam estar fundamentados sobre o conhecimento da distribuição do problema na população, feito de modo contínuo e permanente. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1993b).

Nesta perspectiva, a implantação, acompanhamento e avaliação de serviços multiprofissionais, que tenham como meta a integralidade do paciente em seu micro e macro-ambiente, e sua abordagem em ações de caráter primário e secundário, parecem ser a grande alternativa para o enfrentamento deste grave problema de saúde coletiva em nosso meio. É nesta perspectiva que funciona a Liga de Hipertensão Arterial.

INTEGRANDO TEORIA E PRÁTICA

A Liga de Hipertensão Arterial é atividade da Universidade Federal de Goiás que têm como objetivo implementar um serviço de atenção ao paciente portador de hipertensão em uma visão totalizadora, com uma equipe multidisciplinar, direcionado para a prevenção, diagnóstico e controle de doenças cardiovasculares e seus fatores de risco e visando garantir o ensino, a pesquisa e a extensão no espaço universitário e na sua área de influência.

Dentre seus objetivos específicos, evidenciamos como focos de atenção:

1. Definir, como filosofia de trabalho, a ação integrada em equipe multidisciplinar, na assistência de portadores de fatores de risco para doenças cardiovasculares;
2. Implementar um programa de atendimento com vistas à assistência de portadores de fatores de risco para doenças cardiovasculares, incluindo: hipertensão arterial, obesidade, dislipidemias, tabagismo e alcoolismo;
3. Desenvolver atividades de prevenção primária das doenças cardiovasculares junto a grupos de população, selecionados conforme seu potencial de risco para o desenvolvimento do evento;
4. Promover atividades de educação em saúde coletiva e individualmente;
5. Produzir material educativo;
6. Oferecer treinamento em serviço para profissionais da área da saúde;
7. Garantir estágio curricular para acadêmicos da área da saúde;
8. Garantir a viabilização da produção de conhecimento sobre as doenças cardiovasculares de modo contínuo e integrado.

Para atingir estes objetivos, conta com uma área destinada especificamente para as atividades de assistência aos pacientes composta de recepção, 4 consultórios, sala de estudos e sala para atividades da coordenação do projeto.

O atendimento individual acontece de segunda a sexta-feira das 8:00 às 13:00 horas, para pacientes maiores de 18 anos, e nas sextas-feiras das 13:00 às 17:00, para crianças.

As atividades educativas ocorrem na primeira e terceira quarta-feira de cada mês, sob a denominação de "Clube do Hipertenso", para adultos e familiares, utilizando-se o auditório das Faculdades de Enfermagem e de Nutrição. Já para as crianças e familiares, a atividade ocorre na última terça-feira de cada mês, sob a denominação de "Clubinho do Hipertenso", na sala do Centro Acadêmico de Medicina/UFG. O objetivo desta atividade é possibilitar ao paciente um momento de socialização do seu problema de saúde, bem como esclarecer dúvidas, mitos e ansiedades relacionadas aos fatores de risco cardiovascular.

As caminhadas são realizadas no primeiro sábado de cada mês no Bosque dos Buritis, na Região Central de Goiânia. Elas têm por objetivo a agregação social dos pacientes e a correção de técnicas de aquecimento, alongamento e de execução do exercício.

As atividades de interação ensino-serviço desenvolvem-se em diversos locais, englobando as instituições envolvidas na parceria. Esta atividade tem por finalidade integrar a Liga de Hipertensão a grupos ocupacionais interessados em conhecer e desmistificar a questão da hipertensão e dos fatores de risco cardiovascular. O trabalho é feito sob forma de parceria, e envolve várias empresas e organizações governamentais e não governamentais da cidade de Goiânia.

As atividades de ensino são destinadas a profissionais de saúde de outros serviços e acadêmicos da área da saúde das universidades católica e federal. Seu objetivo é o repasse de conhecimento atualizado sobre o assunto, garantindo sua replicação na rede pública e particular de saúde.

Como decorrência do conjunto do trabalho e da filosofia que permeia sua execução, desenvolvem-se permanentemente projetos de pesquisa, que garantem o rigor científico do trabalho e sua divulgação em periódicos e eventos nacionais e internacionais.

Nesta perspectiva, a Liga vem desenvolvendo um trabalho continuado com portadores de hipertensão, em nível individual e grupal, e cuja sistemática aborda os sub-programas descritos a seguir.

Programa de Atendimento aos portadores de doenças cardiovasculares e fatores de risco

População-alvo:

1. adultos residentes no município de Goiânia e região metropolitana da capital
2. crianças (filhos e netos dos pacientes matriculados no Programa)

Adultos: Os indivíduos adultos que procuram o Hospital das Clínicas com queixa de Hipertensão Arterial, ou que tenham sido diagnosticados em outro ambulatório do mesmo hospital, são orientados a procurarem a Liga de Hipertensão Arterial, onde são agendados para atendimento, que ocorre de segunda a sexta-feira, das 8 às 12 horas. A integração do paciente ao serviço lhe garante consulta médica e consulta de enfermagem, e, quando necessário, consulta de nutrição e consulta de psicologia.

Crianças: Todos os pacientes adultos são convidados a trazerem seus filhos e netos menores de 18 anos para avaliação pela equipe, em atendimento que é oferecido às sextas-feiras, das 13 às 17 horas.

· **Prevenção primária das doenças cardiovasculares junto a populações selecionadas**

População-alvo:

1. Crianças em idade escolar
2. Servidores de empresas públicas e privadas
3. Trabalhadores da indústria e do comércio
4. Trabalhadores da construção civil
5. Grupos de pais

Local:

Para estas atividades, a Liga utiliza-se do espaço de trabalho ou ensino do grupo-alvo da atividade.

Estratégias:

Apresentar proposta-padrão junto à empresa ou instituição interessada (esta proposta esclarece sobre as atividades a serem executadas, tempo e material necessário).

Treinar equipe

Preparar material

Comparecer na empresa ou instituição tantas vezes quantas forem estabelecidas para: proferir palestras a respeito das doenças cardiovasculares e fatores de risco, estimulando para a necessidade da mudança de hábitos de vida; elucidar dúvidas; distribuir material educativo; colher dados: peso, altura, pressão arterial e colesterol

Consolidar os dados, analisar e informar empresa ou instituição sobre os resultados.

· **Promoção de atividades de educação em saúde coletiva e individual**

População-alvo:

1. adultos residentes no município de Goiânia e região metropolitana da capital
2. crianças filhas e netas dos pacientes matriculados no Programa

Local:

Bosque dos Buritis

Auditório das Faculdades de Enfermagem e de Nutrição

Estratégias:

Clube do Hipertenso - todos os pacientes matriculados são convidados a participarem de reuniões quinzenais, juntamente com a equipe, quando são discutidos assuntos relativos ao tratamento;

Clubinho do Hipertenso - as crianças matriculadas na Liga são convidadas a participarem, uma vez ao mês, de reuniões educativas sobre assuntos de seu interesse, e que envolvem os fatores de risco cardiovascular;

Caminhadas no bosque - todos os pacientes são convidados a participarem de caminhadas em um bosque localizado no centro da cidade, quando tem oportunidade de esclarecer dúvidas sobre atividade física, junto a professores de educação física.

· **Produção de material educativo**

População-alvo:

1. Pacientes (adultos e crianças) matriculados na Liga de Hipertensão Arterial
2. Escolares
3. Trabalhadores
4. Pais

Local:

O material educativo produzido pela Liga de Hipertensão Arterial tem utilidade em todos os locais de atuação de sua equipe. Seu uso por outras equipes deverá ser previamente autorizada pela coordenação da LHA.

Estratégias:

Colher, junto à equipe, informações sobre a necessidade de material para consultas de enfermagem, médica e de nutrição e para uso durante reuniões com pacientes, palestras, feiras, eventos etc.

Elaborar material, utilizando de linguagem acessível à população-alvo

Encaminhar para revisão de arte e produção

Utilizar em fins específicos

- **Treinamento de profissionais de saúde e acadêmicos da área da saúde, de forma integrada em equipe multidisciplinar, na assistência de portadores de fatores de risco para doenças cardiovasculares**

População-alvo:

1. acadêmicos dos cursos de Medicina, Enfermagem e de Nutrição da Universidade Federal de Goiás (UFG)
2. acadêmicos do curso de Enfermagem da Universidade Católica de Goiás (UCG)
3. alunos de pós-graduação de cursos da área da saúde da UFG
4. profissionais de saúde da rede pública do Estado e Município
5. profissionais da área da saúde envolvidos com ligas de hipertensão em outros estados do Brasil.

Local:

Consultórios da Liga de Hipertensão

Auditório das Faculdades de Enfermagem e de Nutrição

Bosque dos Buritis

Estratégias:

Acadêmicos da área da saúde e alunos de pós-graduação:

1. Receber professores interessados em utilizar a LHA como campo de estágio e esclarecer sobre propostas e objetivos da atividade;
2. Elaborar programa de atividades adequado a grupos de alunos, onde conste um bloco de atividades comuns a todos os profissionais, e um bloco de atividades específicas para a formação de cada especialidade profissional em questão;
3. Apresentar o programa ao aluno, juntamente com sua escala de horários;
4. Promover avaliação do desempenho do aluno, junto com o professor responsável.

Profissionais de saúde:

1. Receber profissional interessado para entrevista;
2. Apresentar programa de atividades proposto para o treinamento;
3. Elaborar, juntamente com o profissional, escala de horário e atividades;
4. Oferecer acompanhamento direto por profissional da equipe durante todo o período do treinamento;
5. Estimular a elaboração de projeto para implantação do Programa de Controle e Prevenção da Hipertensão Arterial na Unidade de origem do profissional, durante os dias de treinamento;
6. Oferecer assessoria para elaboração do projeto e implantação do programa, quando necessário.

- **Promoção da produção de conhecimento sobre as doenças cardiovasculares de modo contínuo e integrado inter-unidades**

População-alvo:

1. professores
2. alunos dos cursos de graduação e pós-graduação de áreas afins
3. profissionais de saúde
4. pacientes hipertensos

Local:

Liga de Hipertensão Arterial

Faculdade de Enfermagem
Faculdade de Nutrição
Faculdade de Medicina
Hospital das Clínicas/UFG

Estratégias:

Todo estudo a ser executado na LHA deverá ter como eixo de construção teórico-prático a elaboração de projeto específico, com a participação da equipe multiprofissional. Os estudos realizados deverão ter seus resultados divulgados através de eventos científicos nacionais e internacionais e publicações científicas catalogadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar atividades de extensão, num contexto onde esteja contemplado de forma integrada, o ensino e a pesquisa é tarefa árdua, uma vez que implica em uma aglutinação de elementos que muitas vezes independem das boas intenções do professor em garantir o ensino, da disponibilidade do aluno em aprender ou da aspiração de grupos da sociedade em verem suas necessidades sendo contempladas em um projeto desta natureza.

Porém, os resultados obtidos ao longo dos anos de existência da Liga de Hipertensão nos permitem sugerir alguns pontos para reflexão, por onde, a nosso ver, passa a possibilidade de resultados concretos e efetivos:

- a necessária existência de uma equipe multiprofissional, aqui considerada não como um grupo de pessoas que trabalham ao mesmo tempo em um mesmo espaço físico, mas sim que trabalham lado-a-lado, conhecendo o papel que cada um desempenha e sabendo da importância do trabalho individual e coletivo no desenvolvimento do projeto como um todo;
- o pensar o processo de produção da saúde & doença em uma visão totalizadora, à luz das relações sociais, onde se compreenda a contínua e dinâmica interação de componentes sociais, políticos, econômicos e culturais;

- o entendimento do processo de ensino-aprendizagem de uma forma totalizadora, onde a teoria seja um reflexo da realidade social, e a prática algo muito próximo daquilo que se fala dentro das quatro paredes da sala de aula.

Esta parece ser umas das vias de resgate da formação do aluno, até então desconectada de seus anseios, quer seja pela sua própria falta de interesse ou indefinição de expectativas. Por sua vez, revitaliza a qualificação e o conhecimento do docente, uma vez que coloca em evidência a falácia do discurso que contém embutida a concepção metafísica de verdade absoluta, enquanto que, na prática do projeto pedagógico, os conteúdos são repassados como se fossem explicações definitivas, sem considerar a sua relatividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Centro Nacional de Epidemiologia. Coordenação de Informação. **Estatísticas de Mortalidade. Brasil, 1989.** Brasília, 1993a, 375p.
- _____. Coordenação de Doenças Cardiovasculares. **Doenças Cardiovasculares no Brasil. Sistema Único de Saúde - SUS.** Brasília, 1993b, 36p.
- BURT, Vicki L.; WHELTON, P.; ROCCELLA, E.J. et al. Prevalence of Hypertension In US Adult Population. Results From the Third National Health and Nutrition Examination Survey, 1988-1991. **Hypertension** [S.l.] v.25, n.3, p.306-13, march 1995.
- LOLIO, Cecília A. Epidemiologia da Hipertensão Arterial. **Rev Saúde Pública,** São Paulo, v.24, n.5, p. 425-32, 1990.
- LOTUFO, Paulo Andrade & LOLIO, Cecília Amaro. Tendências de Evolução da Mortalidade por Doenças Cardiovasculares: o caso do Estado de São Paulo. In: MONTEIRO, Carlos Augusto. **Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil. A evolução do país e de suas doenças.** São Paulo: HUCITEC/NUPENS/USP, 1995. p. 279-88.

NOTAS

1. Este artigo é produto da dissertação de Mestrado em Educação Escolar Brasileira: A HISTÓRIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA A PARTIR DE SEUS INTERLOCUTORES. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás. Goiânia - GO, 1995.
2. Professora Assistente da Faculdade de Enfermagem - UFG.
3. Professora Titular do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal de Goiás.
4. O Projeto na sua totalidade encontra-se à disposição dos interessados na Faculdade de Nutrição sito à rua 227, quadra 68, Setor Leste Universitário. Fone/fax (062) 261.01.14.
5. Professora Adjunto/FANUT-UFG.
6. Professora Assistente/FEN-UFG.
7. Diretora Projeto AMAR.
8. Equipe do Projeto: professores Clayton Luiz de Melo Nunes, José Garcia de Jesus, José Ferreira de Noronha, Lázaro Vilela de Souza, Paulo César Silva, Paulo Garcez Ferreira Leão, Rogério de Araújo Almeida (coordenador).
9. Engenheiro Agrônomo, Diretor do grupo GOYAZ de Ensino, Pesquisa e Extensão - EA/UFG.
10. Constituído por professores da EA, com vistas à adaptação, geração, validação e difusão de tecnologias para pequenas propriedades rurais.
11. Projeto aprovado pelo então Departamento de Engenharia Rural em reunião do dia 12 de abril de 1994.
12. Constituído por professores da EA, com vistas à adaptação, geração, validação e difusão de tecnologias para pequenas propriedades rurais.
13. Projeto aprovado pelo então Departamento de Engenharia Rural em reunião do dia 12 de abril de 1994.
14. Semana Agrônômica de Goiânia - evento anual promovido pela Escola e Centro Acadêmico de Agronomia, constituída por cursos, palestras, debates, etc., sobre temas das ciências agrárias.
15. Docentes da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás.
16. Primeira Avenida, s/n - Hospital das Clínicas - Segundo piso - 74605-080 Goiânia-GO - Tel. 202.1800 Ramal 1087.
17. Professora Adjunta FANUT/UFG.
18. Professor Adjunto FM/UFG.
19. Professora Assistente FEN/UFG.



